

1º de MAIO de UNIDADE das FÓRÇAS DO TRABALHO!

AS VESPERAS de um novo 1º de maio, os trabalhadores brasileiros fazem o balanço das suas lutas no período recentemente transcorrido e fixam as perspectivas imediatas, que a vida apresenta para o futuro próximo. O balanço revela um movimento cheio de vitalidade, que se encontra em verdadeiro ascenso e representa um dos fatores decisivos da situação nacional.

O MOVIMENTO operário avançou firmemente no sentido da sua unidade e este fato deve imprimir um traço especial às comemorações do 1º de maio de 1958. Expressão elevada do avanço no sentido da unidade foi a realização da I Conferência Nacional Sindical. Ali estiveram representados, do ponto de vista orgânico, os sindicatos, federações e confederações de todo o país e, do ponto de vista político e ideológico, as mais diversas tendências do movimento operário. O decorrer dos trabalhos da Conferência e os seus resultados demonstraram que, acima das divergências de orientação, prevaleceu o espírito de unidade. Fortalecer e desenvolver a unidade é uma tarefa primordial para todo militante do movimento operário, uma vez que a unidade é condição indispensável para que os trabalhadores das fábricas, dos transportes, do comércio e das atividades intelectuais, alcancem novas vitórias e possam influir ainda mais poderosamente num curso político nacionalista e democrático em nosso país.

NO PERÍODO que transcorreu, os trabalhadores exercitaram com êxito o direito de greve, assegurado pela Constituição. Cerca de cem mil metalúrgicos e sapateiros no Distrito Federal e quase meio milhão de operários em São Paulo demonstraram, na prática, que o decreto-lei 9.070 é uma excessão na realidade nacional. O nível atingido pelo movimento operário tornou aquele decreto-lei, contrário à letra da Constituição, inteiramente superado. Foi assim uma grande vitória do movimento operário a aprovação pela Câmara de uma nova regulamentação do direito de greve. A aprovação desta nova regulamentação pelo Senado consagrará definitivamente um dos direitos vitais para os trabalhadores e se firmará como uma das mais importantes conquistas democráticas em nosso país.

O MOVIMENTO operário tem ainda à sua frente outras questões de grande significação, a revisão dos níveis do salário-mínimo, a nova lei orgânica da previdência social, a conquista da aposentadoria integral. A unidade e a ativa mobilização dos trabalhadores, não só no plano sindical como também no plano político, são condições indispensáveis para que, também no

que se refere a essas questões, venham a prevalecer os interesses dos trabalhadores e não a resistência negativista dos setores mais reacionários da sociedade brasileira.

O AVANÇO dos trabalhadores brasileiros não se verificou somente no terreno das lutas sindicais e das reivindicações de caráter econômico. Os trabalhadores brasileiros se afirmam cada vez mais como uma das forças fundamentais do movimento nacionalista. Dêle participando através dos sindicatos e dos partidos de base operária, os trabalhadores vêm impulsionando o movimento nacionalista, que expressa os mais profundos anseios de independência e progresso do povo brasileiro. Mas a participação dos trabalhadores na frente única nacionalista está longe ainda de representar aquilo que deve e pode ser. Esta é uma questão que possui excepcional relevância e que as comemorações do 1º de maio próximo não podem deixar de suscitar.

PARA assegurar a sua crescente participação no movimento nacionalista, os trabalhadores são interessados diretos na efetiva democratização de vida política do país. Os retrocessos, com que sonham os entreguistas e reacionários, encontrarão sempre a oposição do movimento operário. Os trabalhadores não podem consentir no retorno à época das discriminações políticas e ideológicas, que ferem o espírito e a letra da Constituição.

Tudo isto conduz os trabalhadores à mobilização decidida para as eleições de outubro próximo. Juntamente com outras forças progressistas e anti-imperialistas, os trabalhadores têm interesse direto na vitória de candidatos nacionalistas e democráticos aos postos do Executivo e do Legislativo. Os interesses do movimento operário se encontram estreitamente vinculados aos resultados do pleito de outubro, uma vez que os seus posteriores avanços deverão ser favorecidos pela vitória do nacionalismo e da democracia nesse pleito e pela correlação de forças que vier então a se configurar.

O 1º DE MAIO de 1958 se festejará sob o signo da unidade de todas as forças do trabalho. Contemplando o cenário internacional, os trabalhadores brasileiros recebem o estímulo das grandiosas vitórias que o movimento operário mundial vem alcançando, particularmente nos países do socialismo, onde a classe operária triunfante constrói uma sociedade baseada na hegemonia do trabalho. E' com este estímulo vigoroso que a classe operária brasileira se une e se organiza, acumulando forças para o desempenho de sua missão histórica.



VOZ OPERÁRIA

Nº 464 — RIO DE JANEIRO, 26 DE ABRIL DE 1958

CALOROSA RECEPÇÃO A PRESTES EM S. PAULO

A visita de Luiz Carlos Prestes a São Paulo é um dos fatos políticos mais importantes da semana. O clichê nos apresenta três flagrantes da visita (da esquerda para a direita): Prestes conversa com o general Miguel Costa, seu companheiro da Coluna Invicta; Prestes na mesa da Câmara Municipal de São Paulo, sentado ao lado do presidente Anaré Nunes Jr; Prestes falando aos jornalistas, por ocasião da entrevista coletiva (Leia sobre o assunto reportagem na 3ª página)



Aguda Crise Governamental na França

A guerra da Argélia consequência da política colonialista que vem sendo invariavelmente seguida por todos os gabinetes franceses, acaba de conduzir a França a uma das mais graves crises governamentais de sua história. Seu desfecho é difícil de prever-se, mas os perigos são muitos que em concreto estão à vista. O atual gabinete Gaillard-Bidaud não conseguiu formar novo gabinete, e o país está mais uma vez acéfalo.

As circunstâncias que cercaram a queda do gabinete Gaillard foram extremamente complexas. A confusão que o apoiava era das mais instáveis, minada por contradições internas insuportáveis e crescentes.

Até mesmo tempo que se ampliavam na França as forças contrárias ao prosseguimento da guerra da Argélia, e que se intensificava o movimento popular por uma solução pacífica desse problema, aguçavam-se as contradições inter-imperialistas entre os setores mais reacionários das classes dominantes da França e o imperialismo norte-americano. O pomo da discórdia era a África do Norte, e, em particular, a Argélia. Já há muito os imperialistas norte-americanos não tinham no sentido de se substituírem aos imperialistas franceses na África do Norte, exatamente como fizeram no Viet-

nam do Sul. O petróleo de Sahara, ao lado da posição geográfica estratégica de toda a região, constitui o estímulo principal da competição. É significativo que Bidaud, ao expor o seu programa de governo, tenha colocado a conservação da Argélia em poder da França como ponto central, alegando, entre outros argumentos, sua função como "escadouro inevitável" do petróleo do Sahara. Essa contradição inter-imperialista acabou por tornar-se mais forte que o temor do crescimento do movimento popular e democrático na própria França, levando os setores mais reacionários das classes dominantes francesas a uma posição ostensiva de oposição aos Estados Unidos.

O bombardeio da aldeia tunisina de Sakiet fol, ao que tudo indica, uma iniciativa exclusiva desses setores, através do comando militar francês na Argélia. Gaillard, embora não tenha ordenado o ataque, curvou-se e se absteve de condená-lo. O bombardeio de Sakiet acelerou no entanto a sua queda. Gaillard procurava apoiar-se no governo norte-americano, afim de resistir ao movimento democrático na própria França, e à condenação do colonialismo francês pela opinião pública mundial. Tentou assim resolver a crise gerada pelo bombardeio de Sakiet através

de uma mediação norte-americana, que viria reforçar ainda mais as manobras dos Estados Unidos para se substituírem ao imperialismo francês no Norte da África. Com essa atitude ficou isolado, e contra ele votaram não só as forças de esquerda, e as forças democráticas em geral, que lutam por uma solução pacífica para o problema argelino, como também as forças mais reacionárias, que representam no Parlamento os interesses dos colonialistas franceses.

A única saída para a França é uma coalizão das forças chamadas "de esquerda", afim de formar um governo que ponha fim à guerra da Argélia e à política colonialista. O direito do povo argelino à independência não pode continuar sendo negado pela França. A saída pela qual se batem os setores mais reacionários das classes dominantes francesas é o golpe de estado anti-republicano, de caráter fascista ou semi-fascista, seguido da intensificação da guerra da Argélia e possivelmente da ocupação militar da Tunísia e de Marrocos, e do esmagamento do movimento democrático e operário na própria França, inclusive com a ilegalização do Partido Comunista Francês.

Se o Partido Socialista Francês, os radicais-socialistas, e outros setores democráticos ou progressistas não compreenderem isso, rapidamente, unindo-se aos comunistas numa coalizão de esquerdas, graves acontecimentos poderão ocorrer na França.



PIANO E VIOLINO EM MOSCOU

Acontecimento artístico de excepcional significação internacional foi o Concurso Tchaikowsky de Piano e Violino, recentemente realizado em Moscou. Pela importância da URSS como centro musical, pelos valores que constituíam o júri, pelos concorrentes que vieram dos mais diversos países, o concurso alcançou êxito sem precedentes. No clichê, vemos, em cima, de mãos dadas, os três primeiros colocados no concurso de violino: Valery Klimov, ao centro, 1º colocado (URSS); Victor Pikaizen, à direita, 2º colocado (URSS); e Stefan Raha, 3º colocado (Rumânia). Em baixo, o clichê nos mostra membros do júri do concurso de piano (da direita para a esquerda): H. Sztompka (Polónia), Emil Gilels (URSS), A. Bliss (Inglaterra), D. Kabalevsky (URSS) e L. Hernadi (Hungria). Ao lado, no momento do sorteio, o norte-americano Van Cliburn, 1º lugar no conc. de piano.

REBELDES DA INDONÉSIA EM RETIRADA

As forças governamentais da Indonésia, entusiasticamente apoiadas pelas forças democráticas e progressistas do país, estão infligindo sérias derrotas aos rebeldes do movimento dos «jovens coroneis». Depois de se verem forçados a abandonar sua primeira «capital» Pandang, retiraram-se agora de Bukitingi, refugiando-se nas selvas do interior da ilha.

Notícias das agências telegráficas que em todas as cidades e povoados abandonados pelos rebeldes foram organizados movimentos populares de apoio ao governo Sukarno e manifestações de solidariedade à ação das forças armadas legalistas.

Desmorona-se assim mais uma tentativa dos imperialistas

holandeses e norte-americanos, para, com o auxílio das forças reacionárias internas, derrubar o regime atual da Indonésia, esmagar o movimento de independência nacional, e retirar o país da zona de paz, incorporando-o ao pacto agressivo da SEATO. As sucessivas vitórias do governo Sukarno contra a revolta dos «jovens coroneis» deve-se sem dúvida ao elevado grau de unidade atingido pelas forças democráticas e populares do país, representadas principalmente pelos 3 grandes partidos políticos: o Partido Nacionalista, no qual predomina a burguesia nacional, o Partido Comunista, e o Partido Nahdatul Ulama (partido muçulmano progressista).

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES AFRICANAS EM GHANA

Acabam de reunir-se em Accra, capital do Estado independente de Ghana, as nações africanas que já conquistaram sua independência política: República Árabe Unida, Tunísia, Marrocos, República do Sudão, e Ghana. A Frente de Libertação Nacional de Argélia também participou da reunião, numa expressiva demonstração de apoio ao direito do povo argelino à sua independência. No próximo número publicaremos e comentaremos as principais resoluções da Conferência, que se reveste de excepcional importância.

Campanha Mundial Pela Cessação Das Experiências Nucleares

Ato Corajoso de Quatro Norte-Americanos — 600 Dias de Orações de um Budista Japonês — Joliot-Curie Fala Sobre o Perigo das Partículas Radioativas

Continuam em todo o mundo os protestos vigorosos contra o prosseguimento das experiências com armas nucleares. A opinião pública internacional acolheu com vivo interesse e admiração a corajosa atitude de quatro cidadãos norte-americanos, que deixaram Honolulu a 20 do corrente, a bordo do iate "Golden Rule", dirigindo-se à região do Pacífico na qual os Estados Unidos pretendem realizar em julho mais uma série de explosões de bombas de hidrogênio. Três desses cidadãos norte-americanos pertencem à seita religiosa dos "Quakers". A iniciativa de enviar às ilhas Marshall o iate "Golden Rule" partiu do movimento denominado "Ação de não violência contra as armas nucleares", sediado em Filadélfia. Os quatro cidadãos norte-americanos que constituem a tripulação do barco desafiam desse modo a ordem de interdição de uma vasta área do Pacífico dada pelas autoridades militares de seu país. Suas vidas estarão em perigo se não forem suspensas as experiências programadas.

radioelementos e fazem pesar sobre a humanidade uma terrível ameaça, mesmo em tempo de paz. Já foram observados, com o auxílio de aparelhos especiais de grande sensibilidade, alguns desses radioelementos no corpo de pessoas vivas, inclusive em regiões muito afastadas do local em que se realizaram as explosões. Sem dúvida, esses produtos radioativos se fixam em nosso corpo em quantidades ainda extremamente débais, e as doses de radiações que emitem são inferiores, no momento, às doses que podemos tolerar sem perigo aparente. No entanto subsistem dúvidas em certos argumentos científicos, a cerca da existência de perigo mesmo com as doses comprovadas atualmente, e se isso se dá, é possível afirmar que elas chegarão rapidamente a serem perigosas, caso prossigam as explosões experimentais.

Em Toquio realizou-se nova manifestação pública, com um desfile de três mil pessoas, protestando contra essas experiências. Um fazendeiro budista japonês de 63 anos de idade, que se instalara no cume do monte Asada há quase 2 anos, a fim de rezar ininterruptamente até que sejam proibidas as explosões experimentais de armas nucleares, acaba de completar o 600º dia de orações, sendo por esse motivo alvo de manifestações de solidariedade por parte de seus correligionários em todo o país.

O professor Frédéric Joliot Curie, prêmio Nobel de física e presidente do Conselho Mundial da Paz, em declaração pública de apoio à iniciativa do governo soviético de suspender unilateralmente as experiências com armas nucleares, forneceu novos argumentos que demonstram os perigos, graves e reais, dessas explosões, e refutam as teses oficiais norte-americanas que pretendem contestá-las.

Diz o professor Joliot Curie: «As explosões nucleares, tanto na superfície da Terra como acima dela, espalham na atmosfera elementos radioativos, alguns dos quais, como o «radioestrôncio 90» é o «radiocesio», tem vida longa e se fixam nos vegetais, nos animais domésticos e no corpo dos homens. As sucessivas explosões nucleares trariam uma acumulação nociva de

«Tenta-se tranquilizar a opinião pública com os resultados das observações dos serviços de detecção da radioatividade da atmosfera, cuja missão deveria ser a de prevenir a população em caso de perigo. Ora, os produtos nocivos das explosões nucleares não se distribuem uniformemente em toda a atmosfera, mas formam grandes «estratos», verdadeiras nuvens invisíveis, que se deslocam ao redor da Terra em virtude das correntes aéreas. Por isso as quedas radioativas podem ser em determinado lugar, e por vezes muito longe do local da explosão, muito mais importantes e perigosas que as previstas por cálculos simplistas. Pode-se considerar que existe certa analogia entre o funcionamento dos serviços de detecção da radioatividade na atmosfera e os serviços meteorológicos. Sem negar a grande utilidade das previsões meteorológicas, todos sabem que muitas vezes a natureza as desmente. No que se refere à radioatividade, é impossível evitar os erros de previsão que neste caso podem ter consequências muito graves, e irreparáveis».

Crônica Internacional

Novos Perigos na Corrida Nuclear

O SENSACIONAL pedido da União Soviética, de convocação especial do Conselho de Segurança da ONU a fim de tomar medidas contra os vôos de bombardeiros norte-americanos carregados com bombas de hidrogênio em direção às fronteiras da URSS, veio colocar no centro das preocupações da opinião pública mundial novos perigos resultantes da política de preparação de uma guerra nuclear. Já há algum tempo, setores importantes da opinião pública inglesa vêm protestando contra o fato de que o território britânico seja constantemente sobrevoado por aviões norte-americanos equipados com bombas de hidrogênio. A queda acidental de um avião carregado com uma bomba atômica, nos Estados Unidos, constituiu nova advertência, apesar da referida bomba, por sorte, não haver explodido. O governo da União Soviética chamou naquela ocasião a atenção para o perigo de que um acidente desse tipo fizesse eclodir uma guerra mundial, no caso de ser atribuída à ação de uma potência estrangeira uma explosão de bomba nuclear devida a um acidente desse tipo.

É, que subitamente, através do noticiário publicado nos próprios Estados Unidos, foi feita a revelação estardalecedora de que constantemente aviões norte-americanos, transportando bombas de hidrogênio, levantam vôo em direção à União Soviética através da região ártica. Esses vôos perigosos e provocadores se realizam todas as vezes que os equipamentos de radar do comando aéreo estratégico norte-americano acusam a presença de qualquer objeto não identificado no espaço. Esse objeto pode ser um meteorito ou um simples bando de pássaros em migração, ou ainda um desses fenômenos meteorológicos que afetam frequentemente as telas de radar, dando lugar a confusões e falsos alarmes. Alegam os Estados Unidos, em sua defesa, que os vôos se realizam na presunção de que o «objeto não identificado» acusado pelo radar possa ser um projétil inter-continental ou um bombardeiro soviético, mas que, tão cedo essa hipótese não se veja confirmada, os aviões fazem meia volta e retornam às suas bases, com suas bombas de hidrogênio. Alegam além disso

que, mesmo que se aproximem das fronteiras soviéticas, em virtude do alarme dado pelo radar, os aviões só podem penetrar na URSS e lançar a bomba sobre o objetivo previamente fixado, se receberem nova ordem, confirmando a anterior; sendo que esta nova ordem só pode ser dada pelo presidente dos Estados Unidos, diretamente. Como se vê, a desculpa é fraca, e os perigos reais desse sistema, adotado pelo «comando aéreo estratégico» norte-americano, são na mais alta gravidade: podem mesmo provocar o início de uma terceira guerra mundial, uma hecatombe atômica. Qualquer falha ou erro nas comunicações radiotelegráficas, qualquer distúrbio nervoso da tripulação do bombardeiro, poderão dar início a uma tragédia de proporções incalculáveis. Basta que se atente para o estado de profunda tensão que deve dominar a tripulação de um bombardeiro equipado com uma bomba de hidrogênio, para constatar que a paz e o futuro da própria humanidade estarão constantemente ameaçadas, se tais vôos não forem imediatamente suspensos.

Depois de fazer essa grave denúncia e esse veemente protesto, o delegado soviético ao Conselho de Segurança retirou a questão da ordem do dia, a fim de frustrar a manobra norte-americana de votação imediata. O problema voltará a ser discutido, na Assembleia Geral. O principal objetivo foi no entanto atingido: alertar a opinião pública mundial e responsabilizar o comando aéreo estratégico norte-americano por sua política provocadora e irresponsável. A denúncia irá sem dúvida intensificar ainda mais o movimento mundial pela cessação das experiências com armas nucleares, que daqui por diante incluirá necessariamente entre suas exigências imediatas a suspensão dos vôos de aviões transportando bombas nucleares. A denúncia, ao contrário do que alegam os porta-vozes do Departamento de Estado, irá também apressar a realização da Conferência de Chefes de Estado. A corrida nuclear já conduziu a humanidade a uma situação tão perigosa que essa Conferência não poderá mais ser adiada.

INDÚSTRIA BÁSICA E TAXA DE INVESTIMENTOS

Em nosso número anterior, assinalamos a queda no ritmo de expansão da produção industrial a partir de 1954 e, em especial, no ano passado, quando se verificou a menor percentagem de crescimento no último decênio.

Este declínio no ritmo de expansão não deixa de ser um índice dos mais expressivos das dificuldades econômicas, que o país atravessa. Dêle não se deve deduzir, porém, que o Brasil cessou de progredir nos últimos anos. Embora numa fase de maiores dificuldades, o país realizou certos progressos importantes.

Enquanto a indústria de bens de consumo diminuiu sua produção em 1957, a indústria de bens de produção continuou avançando. Alguns exemplos nos são fornecidos por "Conjuntura Econômica" de fevereiro último. A produção de aço em lingotes de Volta Redonda aumentou de 8,6% em 1957 em relação a 1956 (804.000 toneladas contra 740.000). A produção de petróleo bruto passou de 4.059.000 barris para 10.106.000, ou seja, um aumento de 149,2%. A produção de lingotes de alumínio cresceu de 536% nos seis primeiros meses de 1957 em confronto com idêntico período de 1956. Foram produzidos no país, no ano passado, 53.352 veículos a motor, sendo 20.648 caminhões.

O mais significativo, porém, diz respeito às inversões. Segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas, o investimento bruto representou, no ano passado, 15,9% do produto nacional bruto, nível superior aos do biênio anterior (menos de 14%) e à média do período 1947-54, que foi de 13,3%, cedendo, porém, à taxa de inversões de 1954... (17,9%). O Estado absorveu 22,4% do total dos investimentos do ano passado.

Uma grande massa de inversões foi aplicada na indústria automobilística: 5,9 bilhões de cruzeiros.

A elevação do nível das inversões se refletiu na importação, que pôde se beneficiar dos saldos acumulados nos anos anteriores. A importação de máquinas, veículos e acessórios somou, de janeiro a outubro do ano passado, 430 milhões de dólares, quando em todo o ano de 1956 não importamos mais de 306 milhões de dólares naquele item.

Os progressos da indústria pesada e o revigoramento do ritmo de inversões indicam que o desenvolvimento da indústria nacional fortalece as suas bases. Ao mesmo tempo, entretanto, as dificuldades da indústria de bens de consumo denotam a barreira que a estreiteza do mercado interno constitui. Superar esta barreira é um dos problemas mais sérios da economia nacional.

Anunciou um telegrama de Washington que o sr. Foster Dulles estaria para visitar o Brasil dentro dos próximos meses. O ministro Macedo Soares confirmou imediatamente a notícia, acrescentando que o secretário do Departamento de Estado vem para conversar pessoalmente com o presidente Juscelino Kubitschek.

O sr. Foster Dulles é figura intimamente associada aos grupos monopolistas Morgan e Rockefeller. Representa no governo de Eisenhower a ala mais agressiva do imperialismo norte-americano. As suas visões possuem uma tradição sinistra. Delas costumam resultar perturbações nos países visitados e até mesmo guerras (lembramos a Coreia) e conspirações contra governos constituídos.

O chanceler Macedo Soares prestará certamente as mais calorosas homenagens ao "boss" do State Department. Os brasileiros nacionalistas e democratas o terão, porém, por hóspede indesejável.

KUBITSCHKEK DÁ UM PASSO EM FALSO

A ESTA altura, já é evidente que o governo do sr. Juscelino Kubitschek deu um passo em falso ao anunciar que iria solicitar do Parlamento a aprovação de uma nova lei de exceção.

O presidente da República, sempre vacilante e assustado diante das pressões reacionárias, se impressionou excessivamente com a onda de provocações, que os elementos entreguistas e obscurantistas desencadearam recentemente. Resolveu abrandar a onda, anunciando, através do ministro da Justiça, medida tão repugnada à opinião pública como a de uma lei que daria aos governantes nova arma para a prática de arbitrios e discriminações.

Ao fazer este passo em falso, o sr. Juscelino Kubitschek caiu na armadilha preparada pela oposição. Esta encontrou novos elementos para dirigir o seu fogo contra o governo,

simultaneamente submetido à crítica veemente dos setores nacionalistas e democráticos, inclusive aqueles que apoiam o governo. Recusado pelos setores nacionalistas da maioria e também pela oposição (a UDN já se manifestou em nota oficial), e, além do mais, numa fase pré-eleitoral, que futuro pode ter o ridículo projeto de "lei de fidelidade"?

Parece que nem sequer nascerá. Quanto ao presidente da República e ao seu ministro da Justiça, comportaram-se no episódio como políticos verdadeiramente pífios.

A esta altura, a onda de provocações refletiu frustrada e se afirma a consciência democrática dominante na opinião pública. O episódio serviu ao menos para demonstrar que uma componente da opinião pública brasileira já é a aversão bastante marcada às leis de exceção. O que não é ocasional, porque se trata de uma experiência acumulada. O país conheceu, nas últimas décadas, várias leis de

exceção: a "infame", a "oulerada", a "monstro"... Não sabemos que epíteto poderemos consagrar a projetada agora. Das passadas, ficou a legião do arbítrio, que abriu caminho para aventuras discriminatórias, fazendo vítimas inclusive entre os setores mais afastados da esquerda. O mais importante, porém, é que as leis de exceção foram sempre um fator de atraso para o desenvolvimento progressivo e democrático da nação.

Compreende-se, por isto, a imediata impopularidade do monstrinho ainda em gestação.

O episódio também serviu, por último, para demonstrar a necessidade de vigilância e coesão na frente nacionalista. Não é justo subestimar as manobras do entreguismo e da reação, sobretudo quando visam a isolar este ou aquele setor da frente nacionalista. Respondendo unida e coesa, frente nacionalista tem as melhores condições para derrotar aquelas manobras. E' o que assistimos mais uma vez.

UMA VITÓRIA DA CULTURA DEMOCRÁTICA

A vigorosa reação dos meios intelectuais diante da ameaça de afastamento do prof. Anísio Teixeira dos cargos, que exerce na administração pública, constituiu mais uma confirmação demonstrativa das tendências que estão adquirindo predominância na vida brasileira.

O prof. Anísio Teixeira especialista dos mais autorizados em questões pedagógicas, tem sido, desde há muitos anos, um dos líderes da corrente progressista, que luta pela renovação dos princípios e da organização do ensino no Brasil. Compreende-se, por isto, que tenha grangado a antipatia dos círculos reacionários e obscurantistas.

Partiu, assim, do episcopado do Rio Grande do Sul uma insólita campanha visando ao afastamento do prof. Anísio

Teixeira e conseqüente imposição de uma orientação retrógrada no terreno do ensino.

A intromissão clerical representada pelos melhores representantes da intelectualidade brasileira, inclusive dos círculos católicos. Poucas vezes, em casos semelhantes, se verificou tão expressivo volume de protestos, o que se refletiu na atitude do ministro da Educação, sr. Clóvis Salgado, expressando a sua confiança no trabalho do prof. Anísio Teixeira.

A permanência do destacado educador baiano em postos dirigentes do setor pedagógico é mais uma vitória das correntes progressistas e democráticas, que se afirmam vigorosamente na vida brasileira inclusive no âmbito da cultura.

O Prefeito da cidade, sr. Gualberto Moreira, recebeu oficialmente Prestes em seu gabinete, quando pronunciou emocionado discurso, do qual destacamos:

«É com grande satisfação que recebemos nesta hora tão honrosa visita. Sorocaba, que é uma cidade onde os operários dão sempre provas de conhecer os problemas nacionais, recebe V. Excia, sr. Luiz Carlos Prestes, como o maior líder do povo brasileiro. Esteja, pois, em Sorocaba como se estivesse em sua própria casa.»

Depois de uma entrevista à rádio Caeté, Prestes e sua filha Anita Leocádia foram homenageados com um almoço, no Sorocabá Hotel, quando usaram da palavra, em expressivas saudações, o vereador Antônio Aidar, líder da bancada do PSP, e o vereador Emereciano Prestes de Barros, ex-prefeito da cidade. Em seu discurso de agradecimento Luiz Carlos Prestes reafirmou a sua convicção de que é necessária a mais ampla unidade do povo brasileiro para a solução dos graves problemas do país: «Aproximam-se as eleições de 3 de outubro. Estejamos unidos para levar aos Parlamentos e aos Executivos estaduais, patriotas e nacionalistas. Estreitemos nossas mãos, lutando pela independência do Brasil e a felicidade de nosso povo.»

Às 19 horas a Câmara Municipal de Sorocaba realizou a sessão solene convocada especialmente para receber Prestes. A noite, no Ginásio de Esportes, teve lugar uma grande festa popular em homenagem a Anita Leocádia. A entrada do estádio Prestes e sua filha foram acolhidos com uma chuva de pétalas de rosa. Nas arquibancadas milhares de homens e mulheres do povo saudavam o grande líder.



Prestes e sua filha, Anita Leocádia, quando chegavam ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo

CRIME NÃO ESQUECIDO

Anunciam os jornais que o facinora conhecido por "Coice de Mula", ex-guarda civil e assassino do jornalista Nestor Moreira, brevemente poderá estar em liberdade. Isto e daria em consequência da educação da pena pela 2ª Câmara Criminal e da possível concessão de liberdade condicional.

O fato vem motivando justificada indignação, parti-

cularmente nos meios jornalísticos. A opinião pública ainda não esqueceu o bárbaro crime, que vitimou um homem de imprensa em pleno exercício de sua profissão.

"VOZ OPERÁRIA", se associa aos protestos contra a redução da pena do criminoso e apóia as medidas que, no caso, vierem a tomar a ABI e outras entidades jornalísticas.

APOS MAIS de dez anos sem contacto com o povo paulista, a visita de Prestes ao grande Estado constitui fato político da maior importância no cenário nacional. São Paulo — com a sua classe operária, os seus industriais, a sua intelectualidade, o seu grande povo amadurecido em tantas lutas patrióticas, — é o mais importante centro do poderoso movimento de emancipação econômica e política do país.

O contacto de Prestes com o povo de São Paulo é com os mais destacados representantes dos diversos setores sociais e das correntes políticas mais democráticas assume relevo tanto maior quanto é certo que a sucessão governamental paulista será a mais importante do pleito de 3 de outubro.

Além disso, a calorosa acolhida dispensada a Prestes por parte do povo, de entidades e personalidades do grande Estado num momento, em que se desencadeava uma onda de provocações, veio mostrar que os comunistas são um fator de unidade de todas as forças progressistas e que não serão ressonância as tentativas de criar um clima de intolância e de reação, de divisão das forças nacionalistas e de retrocesso no caminho do fortalecimento das liberdades democráticas.

A ENTREVISTA COLETIVA A IMPRENSA

Logo após à sua chegada a São Paulo, Prestes concedeu uma entrevista coletiva na sede da Associação Paulista de Imprensa. Agradeceu à A. P. I. a oportunidade daquele contacto com a imprensa paulista e após fazer uma análise da situação internacional e do desenvolvimento progressista e democrático do país, afirmando ser hoje difícil um retrocesso, Prestes respondeu as perguntas que lhe foram feitas por dezenas de jornalistas

CALOROSA RECEPÇÃO A PRESTES EM S. PAULO

FATO POLÍTICO DA MAIOR IMPORTÂNCIA — VISITA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E A CÂMARA MUNICIPAL — ACOLHIDA SEM PRECEDENTES EM SOROCABA — RECEPÇÃO NA PREFEITURA, SESSÃO SOLENE NA CÂMARA DE VEREADORES E FESTA POPULAR NO GINÁSIO DOS ESPORTES

presentes. Com algumas exceções, a imprensa paulista refletiu com objetividade a entrevista coletiva, que repercutiu favoravelmente em todo o Estado.

A VISITA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recebido no gabinete do sr. Rui de Abreu da Barbosa, presidente da Assembléia Legislativa, Prestes disse que estava no Palácio Novo de Julho para agradecer aos parlamentares paulistas a moção ali aprovada em favor da sua reintegração na vida pública. Entre os deputados presentes estava o sr. Cid Franco, autor da moção. Na sala de imprensa, acompanhado por vários deputados, Prestes respondeu a várias perguntas, formuladas pelos jornalistas e foi saudado pelo deputado Martinho Di Clero.

NA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal da capital, refletindo os sentimentos do povo que representa, to-

mará a importante iniciativa de nomear dois de seus membros, o presidente André Nunes e o sr. José Aranha, para participar da defesa judicial de Luiz Carlos Prestes. A entrada da Câmara centenas de populares saudaram Prestes que foi recebido pelo Presidente André Nunes e conduzido ao plenário onde tomou assento à mesa. Após a comunicação do presidente, usaram da palavra o vereador Mário Câmara, do P. T. B., autor da proposta de que dois juristas da Câmara deveriam ser nomeados para a defesa de Prestes. A seguir falou o líder do P. S. P., vereador Libero Ancona Lopes.

CALOROSA ACOLHIDA EM SOROCABA

Prefeitos e vereadores de vários municípios, industriais, comerciantes, políticos das diversas agremiações partidárias, operárias, camponeses da região, homens e mulheres do povo, participaram da calorosa recepção que Prestes teve em Sorocaba, o grande centro

Doutrina Católica e Política Clerical

Palmiro TOGLIATTI

NA CONFERENCIA atlântica de Paris, coube aos representantes do governo italiano a palma do servilismo e do extremismo atlântico, isto é, o triste mérito de haver aceito, sem objeções e sem hesitações, e de haver insistido para que por todos fosse aceita a proposta americana de transformar todos os países da Europa Ocidental em postos avançados destinados à instalação das armas americanas de extermínio atômico e nuclear. Ora bem, o governo italiano é um governo que emana de um só partido. Salvo uma exceção, é composto apenas pelos expoentes deste partido. E se trata do partido democrata-cristão, isto é, de um partido que afirma ser o representante qualificado e até exclusivo do mundo católico. Trata-se de um partido que tem o apoio aberto, declarado, impudente de todas as autoridades e hierarquias da Igreja, que em todas as ocasiões se empenham a fundo em guindá-lo ao poder e ali mantê-lo. O governo mesmo que amana deste partido está, hoje, em substância e de fato, submetido a tutela e ao controle das supremas hierarquias da Igreja católica.

Surge, então, uma questão: como se concilia, ou, para ser mais preciso, que relação existe entre o servilismo e o extremismo atlântico dos governantes democratas-cristãos italianos e, portanto, do seu partido, e a doutrina católica da paz e da guerra? Historicamente, as tradições predominantes do movimento católico são, pelo menos nos últimos decênios do nosso século e no nosso país, pacifistas. Atente-se para as posições assumidas às vésperas do primeiro conflito mundial; para a denúncia da "inútil matança", com a qual um sumo pontífice chega até a confluir com o neutralismo e o pacifismo dos socialistas; para numerosos e sucessivos atos cometidos mesmo no período em que havia evidente colaboração ao menos de uma parte das hierarquias eclesiásticas com o regime fascista. Esta tradição pacifista do movimento católico tem uma base real e um fundamento ideológico. A base real está nas aspirações à paz e no ódio a qualquer empreendimento guerreiro que se abrigam na alma das grandes massas trabalhadoras católicas, sobretudo os camponeses. O fundamento ideológico reside na doutrina mesma do cristianismo.

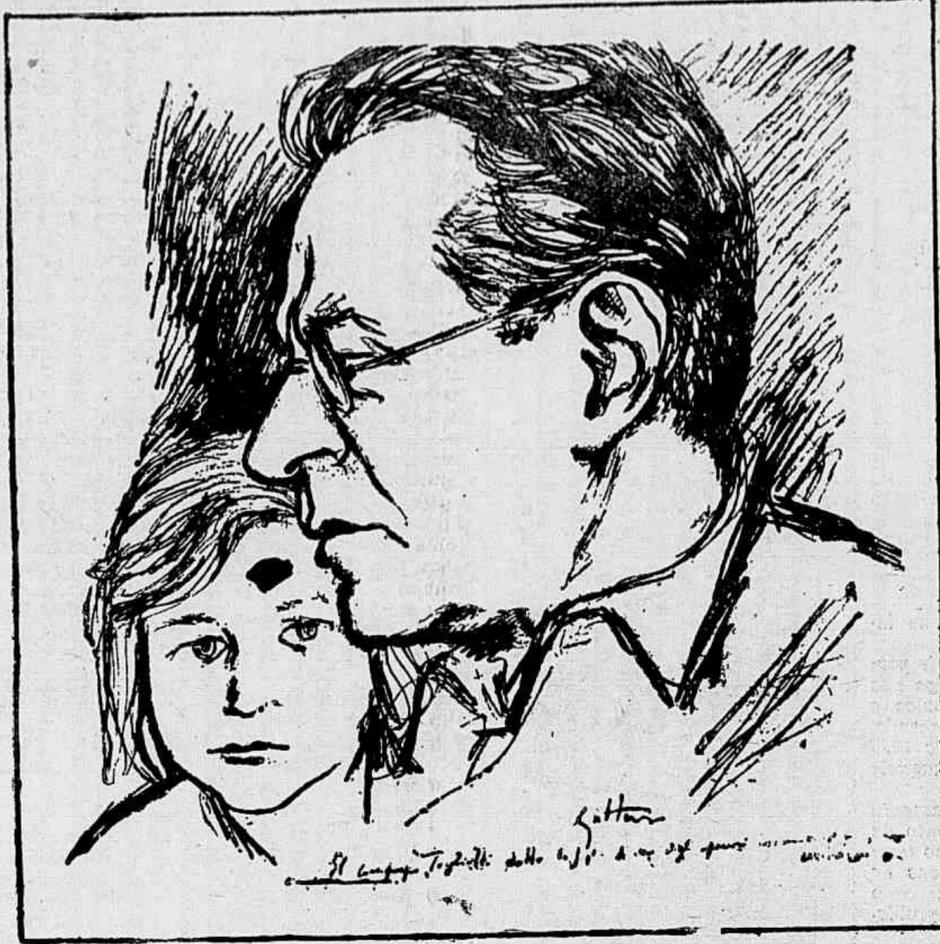
Uma e outra coisas parecem hoje esquecidas. O partido que pretende representar, na política, os católicos italianos, é o menos pacifista e o mais belicista dentre todos os partidos do Ocidente europeu. Como pode ele pretender que sua orientação sobre o grave problema da guerra e da paz corresponda aos anseios das massas trabalhadoras católicas?

Queremos deixar de parte o exercício demasiado fácil sobre os conceitos cristãos de fraternidade e amor recíproco, que verdadeiramente não têm qualquer possibilidade de conciliar-se com a doutrina e com a prática do ódio sistemático contra os países não mais capitalistas, predicado pelos imperialistas americanos, e com a sua concepção de política externa, que consiste em empurrar o mundo inteiro para as bordas de um novo conflito mundial e aí mantê-lo. Sustentamos que, além deste gritante conflito de posições espirituais, nada têm de comum com a doutrina católica da paz e da guerra, nem a máxima do "prepara a guerra se queres a paz", nem a condenação preconcebida das intenções que hoje é feita a quem quer que seja que, de parte dos países socialistas, ofereça ou proponha um acordo de coexistência pacífica e de paz. Observai como a imprensa italiana de mais estreita obediência democrata-cristã e católica reage a qualquer oferta ou proposta desta natureza. Ou conta a fábula do lobo e do carneiro (não duvidai, que a contarão também para responder a estas minhas considerações, tocando a parte do carneiro ao senhor Foster Dulles, desta vez com seus foguetes atômicos e nucleares!), ou acentua os motivos mais banais do anticomunismo e do antisocialismo vulgares. No melhor dos casos dirá que propõe acordos de paz é "propaganda"! A política real, séria, que é preciso continuar fazendo de olhos te-

chados, está na corrida insensata aos armamentos atômicos, aos nucleares, à instalação, no nosso território, de terríficas armas capazes, já não de defender-nos, mas, apenas, de trazer-nos a morte e o extermínio. A polí-

de que mesmo uma guerra vitoriosa traz mais danos do que o não fazê-la;

Pode-se discutir o valor de uma conclusão assim absoluta. De todo razoável, po-



O camarada Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido Comunista Italiano e uma das figuras mais destacadas, como teórico marxista e dirigente político, do movimento comunista mundial, completou 65 anos a 26 de março último. O desenho acima é da autoria de Renato Guttuso, grande pintor italiano e membro do CC do PCI, representando Togliatti ao lado de uma criança, cujo pai foi assassinado pela polícia.

tica real, ao invés, estaria hoje, para estes jornais católicos e para o partido católico, na corrida para a guerra. Nós indagamos, aqui, mais uma vez: — que tem de comum esta posição, que é a mesma dos belicistas imperialistas, com qualquer doutrina católica das relações internacionais, da guerra e da paz?

Abrimos as Instituições de direito público eclesiástico, devidas ao trabalho do cardeal Ottaviani, insuspeito e, talvez, nem por sonho suspeitável, cremos, de pouca ortodoxia. Ali, o problema da guerra é tratado à luz de uma série de considerações, algumas das quais muito interessantes e substancialmente justas. A guerra, diz-se lá, já não é o que era antes. De fato, dado o caráter dos modernos instrumentos de destruição, ameaça com o morticínio não apenas os exércitos, os combatentes, mas todo o povo. Esta destruição, pois, não atinge apenas o que seja vencido, mas também a parte vitoriosa. O sistema das relações internacionais tornou-se tão complicado que qualquer conflito tende a estender-se a quase todo o mundo. Enfim, ajunta o cardeal, podem existir tais armas secretas que tornem vãs quaisquer previsões, que uma parte ou outra pudesse fazer, de sair vitoriosa do conflito.

Estas considerações remontam a alguns anos atrás. Hoje, então, a situação é de fato ainda mais grave. O caráter destruidor de qualquer conflito armado tornou-se para todos também mais evidente do que antes. Tanto maior valor assume, pois, a conclusão extraída destas considerações, isto é, que "não seja lícito, em nenhum caso, declarar a guerra". Deste modo, encontramos aqui em face de uma posição clara e expressamente pacifista, apoiada, em essência, na asserção

rém, parece aqui uma conclusão mais limitada, todavia bastante mais real e que corresponde exatamente à situação hodierna. Uma vez que, em linha de doutrina, vós excluis que em qualquer caso seja lícito fazer a guerra, por que, em linha de política atual não repelis aquelas medidas que tendem a tornar a guerra inevitável, e, ao invés, não aceitais postular de um modo novo, todas as relações internacionais, como propõem os países socialistas e como vos propomos nos, isto é, sobre os grandes princípios da coexistência pacífica, do desarmamento controlado, do alívio da tensão, não da preparação para uma guerra de extermínio, mas, do reforçamento da paz? Por que, precisamente vós, iugêntes católicos, chegais a defender que o nosso país deve tornar-se sede de tais armas americanas agressivas e de extermínio, devido às quais amanhã, com qualquer grave conflito deflagrado em qualquer parte do mundo, se abateria sobre nós o terror do extermínio atômico?

Mas, por que existe hoje esse contraste tão profundo entre a doutrina católica da paz e da guerra no momento presente e a política do partido católico italiano e do governo emanado deste partido? O motivo é sempre o mesmo. É o clericalismo, a cega cobiça de poder exclusivo, o servilismo aos grupos dirigentes do capitalismo nativo e internacional, que sufoca e anula mesmo aqueles impulsos positivos para uma política de paz, por exemplo, que deveria derivar de determinadas doutrinas. O ódio à guerra, a profunda aspiração à paz, o sadio e positivo espírito pacifista das massas trabalhadoras católicas italianas não mais encontram, portanto, o modo de exprimir-se, de ter eficácia na determinação da política nacional. O clericalismo é também o inimigo destas massas, que gostaria de sujeitar à direção e à orientação que são próprias de um imperialismo belicista, mas que repugnam à sua alma, são contrárias aos seus interesses imediatos e remotos.

O VII Congresso da Liga Dos Comunistas da Iugoslávia

A experiência da autogestão e das comunas autônomas — Eleição de delegados diretamente da base — A aprovação do programa e modificações dos Estatutos

Os camaradas iugoslavos estão diante de um acontecimento importante: a realização do 7º Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, inaugurado a 22 do corrente. Assistem ao mesmo cerca de 1.700 delegados, representando mais de 750 mil membros da Liga.

O Congresso tem, como objetivo analisar o caminho percorrido e fixar a linha geral das atividades ulteriores da Liga, no que se refere à edificação do socialismo. O VII Congresso aprovará o Programa da Liga e fará algumas modificações nos seus Estatutos. O Congresso discutirá interessantes experiências adquiridas no curso da edificação socialista.

A EXPERIÊNCIA DA AUTOGESTÃO

Assim, por exemplo, segundo afirmam os camaradas iugoslavos, a autogestão operária, estabelecida há sete anos, vem adquirindo ricas experiências e firmando-se como a forma decisiva para o

desenvolvimento ulterior da democracia socialista. Mais de 600 mil produtores imediatos, que durante o período anterior foram membros dos Conselhos Operários e Comitês de gestão, passaram pela escola prática da autogestão. A escola de autogestão, segundo os camaradas iugoslavos, converteu a classe operária não só em um fator ativo e consciente da edificação socialista, como também em principal artífice de todo o progresso social no país.

Em virtude da sua importância, a autogestão operária — ao obstante a fase inicial do seu desenvolvimento — se achava no fundo de todas as decisões aprovadas pelo 6º Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia. Os camaradas iugoslavos consideram que a característica do período anterior consiste, por seu traço particular, precisamente em que a autogestão deu novas forças e estabilidade política ao sistema socialista da Iugoslávia, fazen-

do com que a edificação do socialismo seja a causa da participação consciente de milhões de cidadãos.

UM NOVO SISTEMA COMUNAL

O desenvolvimento da autogestão operária firmou como necessário o estabelecimento da gestão social em diferentes setores da vida, requerendo que se efetuassem também modificações no sistema governativo. Isto com o fim de adaptar as atividades dos Comitês populares e dos órgãos administrativos estatutis ao objetivo principal: incluir todo homem de trabalho na solução dos assuntos da comunidade. Por estes motivos, estabeleceu-se um novo sistema comunal, no qual o município autônomo constitui a entidade básica político-territorial e econômico-social da sociedade. Neste sistema, segundo os camaradas iugoslavos, a iniciativa dos cidadãos foi plenamente posta em relevo, sobretudo (Conclui na página 11)

I Congresso Nacionalista Fluminense

REALIZADO, EM NITERÓI, NOS DIAS 21 E 22 DO CORRENTE — PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA DAS FORÇAS POLÍTICAS, DOS SINDICATOS E ESTUDANTES — DELEGAÇÕES OFICIAIS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, DA COMPANHIA DE ALCALIS E DA PETROBRÁS — A PLATAFORMA APROVADA

Nos dias 21 e 22 do corrente realizou-se no recinto da Assembléa Legislativa do Estado do Rio, o I Congresso Nacionalista Fluminense.

A sessão inaugural do Congresso foi presidida pelo deputado federal Jonas Bahiense. Na mesa, entre outras personalidades, tomaram parte o representante do governador Miguel Couto, do Ministro da Agricultura e do prefeito de Niterói; os deputados federais Arinos de Matos, Celso Peçanha, Aarão Steinbruck, João Batista da Costa e José Alves; os representantes da Federação dos Metalúrgicos e da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Panificação, srs. Eurípedes Ayres de Castro e Rafael de Almeida; representantes da Assembléa Legislativa do Estado, da Câmara de Vereadores de Niterói e das organizações estudantis.

Prestigiaram o Congresso Siderúrgica Nacional, da Cia. com sua presença e tomaram Nacional de Alcalis e da Petróbrás. Os delegados foram em nú-

mero de 400, destacando-se as delegações dos municípios de Nova Iguaçu, com 28 delegados, Duque de Caxias, 28, Nilópolis, 25, São João de Meriti, 28, São Gonçalo, 15 e Cabo Frio, 14.

Fizeram-se representar oficialmente as Câmaras de Vereadores de Niterói, Caxias, Friburgo, Volta Redonda e Cabo Frio.

Durante as sessões o Congresso foi visitado pelo senador Domingo Velasco, vice-governador Roberto Silveira, jornalista Luiz Fernandes

Bocayuva e numerosas outras personalidades.

Fato altamente significativo foi a participação, no Congresso, da classe operária, que esteve presente na pessoa de grande número de representantes da quase totalidade dos sindicatos fluminenses. Entre eles notavam-se os dirigentes sindicais: João Fernandes, Arquimedes Marinho e Firmino Fernandes, respectivamente, presidente e diretores do Sindicato dos Operários Navais, José Gonçalves, presidente do Sindicato dos Vidreiros, Manoel Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Rubens Machado, presidente do Sindicato da Construção Civil de Volta Redonda, Juvenal Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Campos, o presidente do Sindicato dos Têxteis de Magé e muitos outros. Destacavam-se ainda as delegações — dos metalúrgicos da Ilha (10 delegados), dos trabalhadores da Ilha do Viana (20 delegados), da Ilha da Conceição (20 delegados), dos trabalhadores da Cia. Costeira (8), da Ilha de Mocanguê (12) e da Cia. Siderúrgica (4).

MOÇÕES APROVADAS

Após dois dias de amplos debates o Congresso aprovou uma série de moções, resoluções e uma plataforma para as forças nacionalistas do Estado do Rio.

Entre as moções destacam-se as seguintes: moções de aplauso às Cias. Siderúrgica Nacional, Nacional de Alcalis, Petrobrás e de congratulações com os órgãos da imprensa nacionalista. Ao presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores foi decidido enviar uma mensagem expressando o pon-



Um dos cartazes de propaganda do Congresso

to de vista unânime do conclave pelo restabelecimento de relações diplomáticas e culturais com os países socialistas.

RESOLUÇÕES

Dentre as resoluções adotadas destacam-se as seguintes:

1 — Luta pelo cumprimento das diretrizes sobre a energia atômica aprovadas pelo Conselho Nacional de Segurança em 1956; solidariedade aos cientistas brasileiros pela atitude patriótica assumida no Simpósio de Belo Horizonte; envio ao Congresso Nacional do texto do acordo de Washington, recentemente assinado. 2 — Luta pela construção do estaleiro de Jacu-canga e pelo reaparelhamen-

to dos demais estaleiros; pela criação da Escola de Aprendizes de Operários Navais pelo cumprimento do dispositivo constitucional que proíbe o serviço de cabotagem aos navios estrangeiros. 3 — Proporcionar à Cia. Nacional de Alcalis os recursos técnicos e financeiros indispensáveis ao seu desenvolvimento; alertar o parlamento e os Executivos federal e estadual contra as ameaças à indústria de álcalis pelos monopólios internacionais. 4 — Recomendar ao governo federal: amparo da Cia. Siderúrgica Nacional e criação de novas siderúrgicas; dispensar apoio e recursos à Comissão de Aperfeiçoamento do Carvão Nacional; e proteção at-

(CONCLUI NA PÁG. 5)



CONVERSACÕES ENTRE A RUMÂNIA E A CHINA POPULAR — Encontra-se na China uma delegação governamental da República Popular da Rumânia, encabeçada pelo presidente do Conselho de Ministros, camarada Chivu Stoica. O clichê nos mostra um flagrante da chegada da delegação visitante a Pekim, vendo-se, a partir da esquerda, o primeiro-ministro chinês Chu-En-Lai, o presidente do Conselho de Ministros Chivu Stoica, Emil Bodnarus, vice-presidente do Conselho de Ministros da Rumânia. O segundo, a partir da direita, é o ministro das Relações Exteriores da Rumânia, camarada Avram Bucaci. (Foto da Agência Hsinhua)

Diante da ameaça de uma nova lei de exceção, anunciada com indistigível jubilo por setores reacionários e antinacionais, como cam a reagir as forças democráticas. As primeiras manifestações de protesto, no parlamento, na imprensa, nos sindicatos, operários e nos círculos dirigentes da indústria indicam que nosso povo e as demais forças progressistas, ingressadas na defesa da legalidade democrática, já não se deixam colar de surpresa por velhos e desmoralizados ardis liberticidas.

Que alegam ainda desta vez os promotores de um projeto de lei anunciado em forma nebulosa, nem eles mesmos chegando até agora a defini-lo exatamente?

Alegam a existência de uma conspiração comunista e democrática. Atribuem essa conspiração aos comunistas, cujas idéias, a seu vez, estão tendo enorme expansão. Acrescentam que, em consequência de tudo isso, os comunistas se infiltram em todos os partidos, concluindo que tal infiltração constitui perigo muito maior do que uma conjura ou uma rebelião.

Como se verifica, a imaginação dos propagandistas da nova lei de exceção não é nada fértil. Quase todas essas alegações já foram usadas em épocas relativamente recentes, cada vez que se recorria ao expediente de forjar leis de exceção, como a "lei infame", a "lei celerada" ou a "lei monstro", destinadas a sujeitar nossa incipiente democracia a graves retrocessos. Repetição monótona, que aliás vem de tempos atrás mais recuados, desde aquela que nos trisavós chamavam a "lei corta cabeças", elaborada também assim de afogadilho nos últimos estertores da Regência.

Examinemos por partes essas alegações. Quem conspira e contra quem se estará conspirando?

Só de má fé poderá alguém afirmar que os comunistas conspiram. Os documentos ultimamente publicados por eles e dirigidos aos trabalhadores e ao povo provam o contrário. Quem ler, por exemplo, a recente de-

Já Sabemos a Que Vêm as Leis de Exceção

Pedro MOTTA LIMA

claração sobre a política dos comunistas, verificará a falsidade de tal acusação. Não se argumente que os documentos podem dizer uma coisa diferente da atuação concreta de quem os elabora. Isso levaria à suposição absurda de que alguém procurasse adeptos para uma conspiração declarando inidôneo esse recurso e indicando a necessidade da defesa da legalidade democrática.

O que invalida, sobretudo, essa afirmação caluniosa, é a atuação prática dos comunistas contra os golpes de 24 de agosto e 11 de novembro.

Conspiração evidente essa, sim, é a dos que estão à procura de meios para anular as franquias constitucionais. São os promotores de uma lei de exceção os que conspiram contra a Constituição em vigor.

Foi dito a princípio que no Ministério da Justiça se estava preparando um anteprojecto de lei de fidelidade (o *Fidelity Act* dos macarthistas, hoje pôsto abaixo pelos próprios tribunais norte-americanos). Compreendendo que uma iniciativa dessa ordem não teria viabilidade, o ministro opôs uma retificação. Não se tratava de lei de fidelidade, mas de uma "lei preventiva".

Nesse caso, estariam cogitando de medidas repressivas por antecipação. E o absurdo agora seria também jurídico. A lei cominará penas, portanto, não contra a materialização de atos delituosos, mas contra a hipótese de futuros crimes. Tratariam de punir crimes em perspectiva...

Recuráramos, assim, àquela conceitualização que tantos protestos provocou em todo o país e terminou caindo no ridículo, a "tentativa de intenção sinistra", invocada por um líder governamental no parlamento para jus-

tificar a política de violências contra a oposição e as massas populares, a pretexto de que concebiam planos subversivos.

O caráter preventivo do código de arrôcho assume aspecto mais delicado, em face de uma confissão dos que o propugnam. Acentuam a urgência da medida, por estarmos em vésperas de um pleito eleitoral. E que objetivam nessa coação prévia? Nada menos que impedir a coligação de forças eleitorais. A pretexto de coibir a "infiltração" comunista, quer dizer, o apoio dos eleitores comunistas a determinados candidatos de um partido ou uma coligação de partidos, os inspiradores do arbitrio preventivo já não ficam no desejo manifesto de retirar a uma parcela de cidadãos brasileiros a igualdade de direitos que a todos, independentemente de suas concepções filosóficas, confere a Constituição. Vão além, esperando colocar fora da lei quantos partidos lhes caíam das graças, fulminando-os antecipadamente, se possível antes das próximas eleições, bastando para tanto denunciá-los como infiltrados de comunistas.

E' dessa maneira que os partidários de uma lei restritiva pensam defender a democracia e salvaguardar o sistema constitucional vigente.

Sucede, porém, que os brasileiros não se deixarão enganar por tão calva mistificação. A nação tem bem viva as experiências de leis semelhantes. A famosa Lei Adolfo Gordo, votada a toque de caixa, em 1921, era apresentada como necessária à repressão do anarquismo. Ao mesmo tempo, num acinte aos trabalhadores, assimilava os supostos delitos sociais, inclusive a greve, à prática do

lenocínio e ao tráfico de entorpecentes. Foi aplicada contra a classe operária. Centenas de dirigentes sindicais conheceram o cárcere, o degrado, a deportação, quando nascidos no estrangeiro. Mas dela se valeu o governo intolerante de Epitácio Pessoa para fechar, como foco subversivo, o Clube Militar. E, então, o povo a cognominou de Lei Infame. Depois, já no tempo de Washington Luís, o Congresso aprovou o projeto de Anibal Toledo a Lei Celerada. Sua aplicação, extensiva a todos os democratas em oposição ao Catele, só contribuiu para a exacerbação dos ânimos e a preparação do terreno para o movimento insurrecional de 1930. Outra experiência inescusável temo-la na Lei Monstro, a autoria de Vicente Rão. Dela se valeu aquele ministro da Justiça para fechar a Aliança Nacional Libertadora e perseguir o movimento patriótico e antifascista. O pretexto invocou também foi o da defesa da Constituição e do regime em vigor. Mas suas consequências imediatas foram todo um período de conturbação, abrindo caminho às forças mais retrogradadas e antinacionais para a liquidação da Carta de 1934, a decretação de estados de guerra sucessivos e a instauração ao Estado Novo corporativista. A lei Monstro de Vicente Rão — lei de segurança nacional — acabou sendo aplicada contra seu partido e seus correligionários mais graduados, como Armando Sales, Júlio de Mesquita (que chegou a perder por longos anos "O Estado de São Paulo"), Otávio Mangabeira, Flores da Cunha e tantos outros.

A última investida reacionária nós a tivemos no plano do ministro Nereu Ramos. Esperava sufocar a imprensa e voltar-se em seguida contra as associações civis, os sindicatos, os partidos políticos. A nação em péso se opôs a essa sanha reacionária. O governo sentiu-se enfraquecido, seu crédito popular baixou muito, obrigando-o a desfazer-se de Nereu Ramos, como carga ao mar.

Não terão aprendido bastante, ainda, os homens de governo que se aventuram por tão perigosos caminhos?

O 1º DE MAIO

O 1º DE MAIO tem origem na luta da classe operária pela redução da duração da jornada de trabalho. Um Congresso de sindicatos americanos, realizado em Chicago, em outubro de 1884, tomou a resolução de fixar o dia 1º de maio de 1886 como data inicial para a limitação à 8 horas da jornada de trabalho, que era então de 10, 12 e mais horas. A partir desse dia os operários deveriam manter-se em greve nas empresas onde os patrões se recusassem a atender a reivindicação pleiteada.

Na data marcada irromperam cerca de 5.000 greves. Em Chicago, nos dias 1º e 4 de maio, realizaram-se grandes manifestações que foram violentamente dissolvidas pela polícia, havendo mortos e feridos. Dos trabalhadores presos, alguns foram condenados a pesadas penas de prisão, 5 deles foram condenados a morte por enforcamento e executados em 11 de novembro de 1887.

Em julho de 1889, o Congresso Socialista Internacional, realizado em Paris, indicou o 1º de maio daquele ano como data para os operários de todo o mundo realizarem manifestações reclamando dos poderes públicos a promulgação de leis reduzindo a jornada de trabalho a 8 horas. O Congresso Internacional de Bruxelas, em agosto de 1891, aprovou uma indicação estabelecendo o 1º de maio como data de manifestação anual e internacional dos trabalhadores. Desde então essa data vem sendo comemorada internacionalmente, o seu reconhecimento como feriado nacional na maioria dos países foi conquistado pelos trabalhadores através de duras lutas.

A Conquista da Aposentadoria Integral

UMA das mais importantes questões que interessam aos trabalhadores brasileiros é a lei que dispõe sobre a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço ou aos 55 de idade, através da resolução enviada ao Parlamento pelo presidente da República, lei que se espera seja sancionada até o 1º de maio. De acordo com esta lei, todo trabalhador que tenha completado 30 anos de serviço ou 55 de idade, desde que tenha contribuído ininterruptamente para o mesmo Instituto, pelo menos durante os últimos cinco anos, poderá aposentar-se, passando a receber uma renda mensal vitalícia correspondente a 80% da média dos salários de contribuição dos 36 meses anteriores à concessão da aposentadoria.

A luta pela conquista da aposentadoria integral foi iniciada pela grande e combativa categoria dos bancários. Já em 1958 conseguiu o Sindicato dos Bancários fazer apresentar no Parlamento projeto de lei nesse sentido. O projeto teve boa acolhida, tanto assim que, ao transformá-lo em lei, os representantes do povo resolveram que os seus benefícios não ficassem restritos aos bancários, mas fossem estendidos a todos os trabalhadores. Mas, quando a lei subiu à sanção presidencial, o sr. Café Filho, que então já ocupava a suprema magistratura do país, vetou-a. Não fora, assim, o presidente que os golistas de 23 de agosto de 1954 levaram ao poder com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, os trabalhadores brasileiros desde 1953 estavam em luta pelo direito à aposentadoria integral.

Os bancários, porém, não desistiram e voltaram à carga em 1956. O senador Caetano de Castro dispôs-se a ser o intérprete das suas aspirações, apresentando novo projeto que foi transformado em lei em 26 de novembro de 1956 e recebeu o número...

3.322. Estava aberto o caminho para a conquista dessa reivindicação para todos os trabalhadores indistintamente.

A 1ª Conferência Sindical Nacional, ao discutir o projeto de lei de reforma da legislação da previdência social, verificou a impossibilidade de ser conseguida a sua rápida aprovação, em virtude das profundas transformações que o mesmo prevê. Resolveu então, no que se relaciona com a aposentadoria, pleitear ao governo o envio de uma mensagem à Câmara, em caráter de emergência, visando a extensão da Lei n. 3.322 a todos os trabalhadores vinculados aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, respeitado o direito dos que já gozam de tratamento mais vantajoso.

O vice-presidente da República, sr. João Goulart, presente à Conferência, comprometeu-se a conseguir o envio da mensagem referida, logo tecendo, ao mesmo tempo, a solidariedade do presidente da República, pois, a concessão da aposentadoria integral a todos os trabalhadores fazia parte da sua plataforma eleitoral quando candidato.

A conquista dessa importante reivindicação, representada assim, ao mesmo tempo, uma grandiosa vitória da luta unitária dos trabalhadores brasileiros e o cumprimento de uma promessa dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

A conquista da aposentadoria integral, porém, não implica no abandono da luta pela aprovação do projeto de reforma da legislação da previdência social, a qual deve prosseguir, por a referida reforma deverá trazer para a classe operária outros benefícios igualmente importantes.

Enfrentando a reação do governo, milhares de bancários manifestaram-se em greve com o slogan "Regresso".

PRIMEIRO DE MAIO DE 1958

BALANÇO POSITIVO PARA AS MÃSSAS TRABALHADORAS

DIREITO DE GREVE E APOSENTADORIA INTEGRAL, IMPORTANTES VITÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO — ASCENSO DAS LUTAS GREVISTAS E REFORÇAMENTO DA UNIDADE DE AÇÃO — OS PRÓXIMOS OBJETIVOS

Aproxima-se novo primeiro de maio, grande data do trabalhador. Uma vez mais, deverão reunir-se os trabalhadores, em seus sindicatos, na praça pública, para dar um balanço no ano que passou, examinar as experiências que colheram nessa nova etapa de suas lutas em defesa de seus direitos e traçar os rumos a seguir para a conquista de novas vitórias.

O ano que transcorreu, de 1º de maio de 1957 a 58 foi rico em acontecimentos, no movimento sindical brasileiro. Sucederam-se as lutas por aumento de salários, pela revisão dos níveis de salá-

rio-mínimo, pela instituição do salário móvel, pela revogação definitiva do decreto anti-greve 9.070 e a ampliação das liberdades sindicais e democráticas.

ASCENSO DO MOVIMENTO GREVISTA

Desde os primeiros meses do ano que findou, iniciaram-se os movimentos grevistas, em sua maioria pela conquista de melhores salários. Os ferroviários gaúchos pararam o serviço, em maio, num movimento que abrangia os centros mais importantes do Estado e que terminava com a vitória, depois de vários dias. Foram 40 mil trabalhadores que cruzaram os braços, em defesa de direitos assegurados, contra a constituição Federal pelo reajustamento salarial e por outras reivindicações.

Seguiram-se os telegrafistas, em luta por aumento. A greve atingiu com maior intensidade, as capitais nordestinas. O movimento se alastrou e prolongou por muitos dias, apesar das tentativas de intimidação por parte dos órgãos governamentais, sob o pretexto de que se tratava de serviço fundamental, sem direito à greve.

Em fins de junho, assistiram os trabalhadores de todo o país à vigorosa atitude de protesto dos metalúrgicos e sapateiros cariocas que, em número

de 90 mil, deixavam os locais de trabalho como recurso extremo para obter melhores salários. No mês de outubro, lançava-se o proletariado paulista a uma nova greve de grande envergadura, da qual participava meio milhão de trabalhadores de todas as principais categorias profissionais. Esse movimento paralisou a produção durante vários dias, o centro da atenção da imprensa de todo o país, pois revelava o alto nível de combatividade dos operários de São Paulo e a força de sua unidade.

Já no fim do ano, cerca de 20 mil aeroviários recorrentes também à greve

exigindo melhores salários. Seguiram-se os jornalistas e gráficos baianos, num movimento de características inéditas, porque pela primeira vez se uniam ambas aquelas categorias em luta por aumento salarial.

Foi assim que a classe operária reafirmou e ampliou o direito de greve, fazendo com que a prática anulasse os efeitos do decreto 9.070 e impedissem sua aplicação.

INÚMEROS CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

Fato significativo foi o reforçamento da organização e da unidade da classe operária brasileira, evidenciada pelas inúmeras reuniões, de caráter estadual e nacional que se realizaram no decorrer de 1957 e início de 58.

DIREITO DE GREVE

O DIREITO DE greve, amplo e irrestrito, constitui a grande conquista do proletariado brasileiro, no final do ano de 57. A Câmara de Deputados aprovava, finalmente, após longos meses de ansiosa espera, o projeto do deputado Aurélio Viana, de acordo com o qual fica assegurada, mesmo aos trabalhadores inorganizados e de qualquer categoria profissional, recorrer à greve, como recurso legítimo para defender suas reivindicações e direitos.

EM TORNO da questão travaram-se debates intensos, na imprensa, nas organizações sindicais, nas entidades patronais. Opinarum a respeito não só os dirigentes sindicais de operários e patrões, mas personalidades políticas dos diferentes partidos e autoridades governamentais de distintos setores.

DFSDPE o primeiro momento, os comunistas tomaram posição favorável ao projeto Aurélio Viana, pois assegurava, no essencial, o direito de greve naquilo que contém de mais significativo. E passaram a defendê-lo, através da palavra de seus representantes, nas organizações sindicais em suas assembleias legislativas, nas colunas da imprensa e através das declarações de seus dirigentes. Os comunistas sempre se bateram pelo mais amplo reconhecimento do direito de greve, contra qualquer cerceamento a essa liberdade democrática, assegurada na própria Constituição brasileira. Todo e qualquer atentado ao direito de greve encontraram nos comunistas uma pronta e enérgica repulsa e a solidariedade ativa aos trabalhadores atingidos.

NO ENTANTO, alguns jornais tentaram, ultimamente, depois de aprovação na Câmara e projeto Aurélio Viana e em face da luta dos trabalhadores por sua sanção até 1º de maio próximo, fazer confusão em torno da posição dos comunistas, alegando falsamente que estes se opõem ao referido projeto e o consideram "demasiado elevado". NADA MAIS falso. Os comunistas têm afirmado sempre que toda conquista obtida pelos trabalhadores — tanto econômica, como social ou política — representa um passo à frente no caminho de sua emancipação e contribui para o reforçamento de sua unidade e organização. Essa a razão por que os trabalhadores comunistas se colocam sempre à frente de todo movimento reivindicatório da classe operária e marcham ombro a ombro com todos os demais trabalhadores, em defesa de seus direitos. Esse é exatamente o caso da luta pelo reconhecimento do direito de greve, que assumiu um caráter particularmente intenso no ano de 57. Nesse período, estendeu-se por todo o país a campanha intensiva pela revogação do decreto 9.070, iniciada com um enteiro simbólico, realizado pelos bancários cariocas, após uma animada passeata que desfilou pelas ruas centrais da capital da República.

A CAMPANHA tomou conta de todo o Brasil. Novos centros se realizaram em São Paulo, Belo Horizonte, Belém do Pará e muitas outras capitais estaduais.

Finalmente, conseguiram os trabalhadores a aprovação do projeto que regulamenta o direito e que revoga em definitivo o 9.070. A 1ª Conferência Nacional Sindical, debatendo o assunto, deu também a sua contribuição e propôs emendas que visam aperfeiçoar o projeto.

AGORA, encontra-se o projeto no Senado Federal, para debate e aprovação e os trabalhadores confiam na promessa do governo, de que será transformado em lei, sem maiores delongas.



Nos últimos 12 meses, o proletariado paulista revelou uma combatividade invulgar e se colocou na vanguarda do movimento operário de nossa terra.

base e por aquelas conferências e reuniões, de caráter estadual e nacional que se realizaram no decorrer de 1957 e início de 58.

AS COMEMORAÇÕES

Como de hábito, o 1º de maio será assinalado por comemorações em todo o país. No Distrito Federal as comemorações terão início já no decorrer da semana com a realização de atos nas sedes dos Sindicatos. No dia 1º a noite as festividades serão encerradas com uma sessão solene a ser realizada num dos grandes teatros da cidade.

EM SÃO PAULO as comemorações serão patrocinadas pelo Pacto Intersindical. Nos últimos dias de março deste ano, realizou-se com grande êxito a primeira Conferência Nacional Sindical, que reuniu cerca de mil delegados, de todo o país.

Através de todas essas reuniões forjou-se a unidade de ação dos trabalhadores em torno de pontos comuns de reivindicações de luta.

AVANÇA A UNIDADE DE AÇÃO

A principal característica do último ano de atividade sindical foi o avanço no terreno da unidade de ação. Pela primeira vez em muitos anos, conseguiu-se realizar uma ampla atividade comum, que reuniu lado a lado sindicatos, federações e outros confederações nacionais — da indústria, comércio e transportes. A primeira Conferência Nacional já foi patrocinada no mesmo tempo pelas organizações sindicais de

nível já alcançado pelos trabalhadores brasileiros, no que se refere à unidade.

OS PRÓXIMOS OBJETIVOS

OS TRABALHADORES brasileiros continuarão lutando pela consolidação, aplicação e ampliação das conquistas já alcançadas. Nesse sentido, as resoluções da 1ª Conferência Sindical Nacional representam um programa de luta pelo reforçamento da unidade da classe operária e pela conquista de novas e importantes reivindicações.

Um dos objetivos a ser atingido é a aprovação da LEI QUE REGULAMENTA O DIREITO DE GREVE, cujo projeto há longos anos se encontra na Câmara. A 1ª Conferência Sindical resolveu apresentar ao referido projeto emendas que visam melhorá-lo, sem deixar de reconhecer a grande importância do projeto para o movimento operário. Conscientes de que através da sua unidade, que deve ser preservada e fortalecida acima de tudo, têm conseguido, e continuarão conseguindo a vitória das suas reivindicações mais sentidas, os trabalhadores, cerrando fileiras dentro dos seus sindicatos, lutarão pela aprovação, no Senado, do projeto de lei que regulamentará o direito de greve com as emendas apresentadas pela Conferência.

REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. A imediata REVISÃO DOS NÍVEIS DO SALÁRIO MÍNIMO, para cujo estudo as comissões regionais de salário mínimo devem reunir-se dentro de 30 dias, a elaboração de lei que estabeleça o salário familiar, incluindo os fatores "instrução" e "Recreação" na atual fórmula determinante do salário mínimo, a instituição, no Brasil, do sistema de salário móvel, de modo a permitir o reajustamento permanente e efetivo do salário nominal ao salário real, são outros pontos de grande significação que, atendendo aos interesses e ao sentimento da classe operária a Conferência incluiu nas suas resoluções.

A REFORMA DA LEGISLAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL é outro objetivo próximo a ser alcançado. Em face da magnitude do problema, a 1ª Conferência Sindical determinou que

as entidades sindicais de trabalhadores promovam a realização de assembleias para a reapreciação do projeto de lei que trata do assunto e crie uma comissão composta de 5 representantes de cada uma das organizações nacionais de trabalhadores para acompanhar a tramitação do referido projeto no Senado Federal, onde se encontra no momento. Como já dissemos, esse projeto contém pontos de máxima importância para os trabalhadores, entre os quais se destacam o que prevê a administração dos Institutos de Aposentadoria e Pensões por representantes eleitos pelos trabalhadores e o monopólio dos seguros de acidentes de trabalho pelo Estado.

As mesmas entidades, cuja consciência política se eleva continuamente, além da luta pelas suas reivindicações específicas, continuarão levantando decididamente a bandeira patriótica de luta pelos interesses das massas da nação — a luta pela manutenção da paz mundial, em defesa da soberania nacional e pelo desenvolvimento independente da nossa economia, pela ampliação da democracia no país, enfim, pela solução dos problemas que afligem a todo o povo brasileiro. Refletindo o nível político já alcançado pela classe operária, a Conferência Sindical Nacional também não esqueceu este aspecto da sua luta, aprovando moções como a que solicita do Poder Executivo a imediata libertação das verbas destinadas às obras contra a seca e pede ao governo que utilize as verbas destinadas ao Serviço de Colonização e Imigração, para socorrer os flagelados do Nordeste, em vez de mensagem ao governo sugerindo que só sejam aceitas inverções de capitais estrangeiros quando beneficiem à economia nacional, e outras moções igualmente importantes.

Os trabalhadores brasileiros comemoram, neste 1º de maio, significativas vitórias. Unidos dentro dos seus sindicatos e das suas organizações regionais e nacionais, no próximo ano, tudo importantes conquistas seriam assinadas.

No movimento sindical de São Paulo, se destacaram os trabalhadores metalúrgicos, que foram um dos estímulos do Pacto de Unidade Intersindical. No clichê, aspecto de uma assembleia daquela corporação por ocasião da greve de outubro de 1957.

Conduzindo faixas e cartazes, têxteis paulistas desfilaram em face da capital bandeirante.



A 1ª Conf. Nacional Sindical foi um dos mais importantes acontecimentos no movimento sindical brasileiro.

Os Próximos Objetivos

OS TRABALHADORES brasileiros continuarão lutando pela consolidação, aplicação e ampliação das conquistas já alcançadas. Nesse sentido, as resoluções da 1ª Conferência Sindical Nacional representam um programa de luta pelo reforçamento da unidade da classe operária e pela conquista de novas e importantes reivindicações.

Um dos objetivos a ser atingido é a aprovação da LEI QUE REGULAMENTA O DIREITO DE GREVE, cujo projeto há longos anos se encontra na Câmara. A 1ª Conferência Sindical resolveu apresentar ao referido projeto emendas que visam melhorá-lo, sem deixar de reconhecer a grande importância do projeto para o movimento operário. Conscientes de que através da sua unidade, que deve ser preservada e fortalecida acima de tudo, têm conseguido, e continuarão conseguindo a vitória das suas reivindicações mais sentidas, os trabalhadores, cerrando fileiras dentro dos seus sindicatos, lutarão pela aprovação, no Senado, do projeto de lei que regulamentará o direito de greve com as emendas apresentadas pela Conferência.

REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. A imediata REVISÃO DOS NÍVEIS DO SALÁRIO MÍNIMO, para cujo estudo as comissões regionais de salário mínimo devem reunir-se dentro de 30 dias, a elaboração de lei que estabeleça o salário familiar, incluindo os fatores "instrução" e "Recreação" na atual fórmula determinante do salário mínimo, a instituição, no Brasil, do sistema de salário móvel, de modo a permitir o reajustamento permanente e efetivo do salário nominal ao salário real, são outros pontos de grande significação que, atendendo aos interesses e ao sentimento da classe operária a Conferência incluiu nas suas resoluções.

A REFORMA DA LEGISLAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL é outro objetivo próximo a ser alcançado. Em face da magnitude do problema, a 1ª Conferência Sindical determinou que

as entidades sindicais de trabalhadores promovam a realização de assembleias para a reapreciação do projeto de lei que trata do assunto e crie uma comissão composta de 5 representantes de cada uma das organizações nacionais de trabalhadores para acompanhar a tramitação do referido projeto no Senado Federal, onde se encontra no momento. Como já dissemos, esse projeto contém pontos de máxima importância para os trabalhadores, entre os quais se destacam o que prevê a administração dos Institutos de Aposentadoria e Pensões por representantes eleitos pelos trabalhadores e o monopólio dos seguros de acidentes de trabalho pelo Estado.

As mesmas entidades, cuja consciência política se eleva continuamente, além da luta pelas suas reivindicações específicas, continuarão levantando decididamente a bandeira patriótica de luta pelos interesses das massas da nação — a luta pela manutenção da paz mundial, em defesa da soberania nacional e pelo desenvolvimento independente da nossa economia, pela ampliação da democracia no país, enfim, pela solução dos problemas que afligem a todo o povo brasileiro. Refletindo o nível político já alcançado pela classe operária, a Conferência Sindical Nacional também não esqueceu este aspecto da sua luta, aprovando moções como a que solicita do Poder Executivo a imediata libertação das verbas destinadas às obras contra a seca e pede ao governo que utilize as verbas destinadas ao Serviço de Colonização e Imigração, para socorrer os flagelados do Nordeste, em vez de mensagem ao governo sugerindo que só sejam aceitas inverções de capitais estrangeiros quando beneficiem à economia nacional, e outras moções igualmente importantes.

Os trabalhadores brasileiros comemoram, neste 1º de maio, significativas vitórias. Unidos dentro dos seus sindicatos e das suas organizações regionais e nacionais, no próximo ano, tudo importantes conquistas seriam assinadas.

No movimento sindical de São Paulo, se destacaram os trabalhadores metalúrgicos, que foram um dos estímulos do Pacto de Unidade Intersindical. No clichê, aspecto de uma assembleia daquela corporação por ocasião da greve de outubro de 1957.

Conduzindo faixas e cartazes, têxteis paulistas desfilaram em face da capital bandeirante.

Notas BIOGRÁFICAS

CHEN YI, MINISTRO DO EXTERIOR DA CHINA

Por decisão da V Sessão da Assembléa Nacional dos Representantes Populares da China, um decreto do presidente Mao Tse-Tung, de 13 de fevereiro último, nomeou o camarada Chen Yi ministro do exterior da República Popular da China.

Chen Yi nasceu em 1901 na provincia de So Chuen. Em 1923 ingressou no Partido Comunista. Nesse período, desenvolveu em Peim intensa atividade revolucionária entre a juventude. Participou ativamente da insurreição de Nanchang de 1927. A partir de 1928 começou a desempenhar cargos de responsabilidade no exército vermelho chinês.

Na guerra contra os invasores japoneses, isto é, de 1937 a 1945, comandou grandes unidades militares. Durante a terceira guerra civil revolucionária, de 1946 a 1949, foi chefe e comissário político do III exército de operações do Exército Popular de Libertação. Na batalha de Huaiho (novembro de 1948 — Janeiro de 1949), o III exército, em cooperação com o II exército comandado por Liu Pe-Chang, derrotou uma agremiação de tropas do Kuomintang de mais de 500 mil homens. Na primavera e no verão de 1949, o III exército libertou a China Oriental, inclusive as grandes cidades de Nanking e Shanghai. O camarada Chen Yi foi então nomeado prefeito de Shanghai.

Em 1949, Chen Yi foi eleito para o Conselho Central do Governo Popular e ainda nomeado membro do Conselho Militar Revolucionário Popular. Nesse mesmo ano, foi designado também comandante da região militar da China Oriental. Nas eleições de 1954, foi eleito representante à Assembléa Nacional. No mesmo ano, foi nomeado vice-primeiro ministro do Conselho de Estado e vice-presidente do Comitê de Defesa do Estado.

Em abril de 1955, Chen Yi foi um dos membros da delegação da China Popular à Conferência de Bandung. A delegação chinesa tinha como presidente o camarada Chen En-Lai.

Em setembro do mesmo ano, o governo outorgou a Chen Yi o grau de marechal da República Popular Chinesa. Em setembro de 1956, foi eleito membro do Comitê Central pelo VIII Congresso do Partido Comunista da China. E no pleno do C. C. que se realizou logo a seguir, foi eleito membro do Bureau Político.

Além de ministro do exterior, Chen Yi continua desempenhando o cargo de vice-primeiro ministro do Conselho de Estado.

A JUVENTUDE CHINESA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

COMBINAR O HEROISMO COM OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS — OS «4 DEVEMOS» E OS «4 NÃO DEVEMOS»

O C.C. da Liga da Juventude Comunista da China discutiu em sua reunião plenária, celebrada de 7 a 21 de janeiro último em Pequim, os meios pelos quais pode mobilizar os jovens para que sejam a força de choque que acelere o processo no caminho da construção socialista do país. Participaram da reunião 460 pessoas, entre as quais os membros do Comitê Central, os secretários locais e os colaboradores permanentes da Liga. A reunião teve como presidente o camarada Chu Te, vice-presidente do Comitê Central do Partido Comunista da China.

Hu Yao-ping, secretário da LJC, apresentou um informe sobre «As Tarefas da Liga da Juventude Comunista de 1958». Graças às vitórias socialistas na frente ideológica, uma nova onda de entusiasmo anima atualmente a indústria e a agricultura na China; o 2º Plano Quinquenal, o mais importante na construção socialista da China, toma novo e maior impulso. Em face disso, Hu Yao-ping definiu as tarefas da Liga para 1958: levar a um grande rendimento o impulso criador da juventude chinesa e utilizar seu espírito de iniciativa na realização do plano quinquenal; intensificar a educação socialista entre a juventude; fundir-se cada vez mais às grandes massas da juventude e elevar o nível dos quadros da Liga.

A juventude chinesa deu provas de uma grande força de choque na revolução democrática, na revolução socialista e na construção socialista. Muito são os exemplos de seu heroísmo e de sua sabedoria diante das dificuldades, prosseguindo sempre o caminho de novas realizações. «Atualmente, disse Hu Yao-ping, o nosso Partido nos chama a alcançar e superar, no curso dos próximos 15 anos, a Grã-Bretanha na produção de ferro e de aço e de outros produtos industriais básicos, e, paralelamente, a cumprir o programa agrário nacional em menos de 10 anos, a fim de tornar a nossa pátria o primeiro país produtor por hectare do mundo. Para respondermos a este chamamento, o heroísmo não basta. Devemos equipar a nossa indústria e a nossa agricultura com os mais modernos meios da ciência e da técnica e fazer da nossa juventude um novo tipo de trabalhadores, possuindo simultaneamente consciência comunista e conhecimentos culturais e técnicos». O informe destaca a significação particular que tem a combinação do heroísmo com os conhecimentos técnicos.

Hu Yao-ping tratou ainda da importância da educação ideológica socialista dos jovens e acentuou a necessidade de que tem a LJC de intensificar este trabalho. Solicitou que todos os organismos da

Liga promovessem entre os jovens discussões e seminários de estudo sobre as questões internacionais, sobre os Planos do Estado, sobre os programas locais de desenvolvimento, etc. Ao mesmo tempo, examinou a questão dos quadros, acentuando particularmente a necessidade de elevar o nível dos quadros, uma vez que a LJC deseja ampliar a sua esfera de ação e a sua influência.

A reunião indicou quais devem ser as palavras de ordem da juventude chinesa: consciência política e mais qualificação livremente escolhida; trabalho intenso e mais diligência nos estudos. Exortou os jovens a assimilar não somente as ricas ex-

periências adquiridas na produção pelos adultos, mas também a técnica mais avançada e mais científicas.

A reunião fez um chamamento à Liga da Juventude Comunista para observar no trabalho e na prática os «4 DEVEMOS» e os «4 NÃO DEVEMOS»: DEVEMOS TRABALHAR NO INTERESSE DO POVO — NÃO DEVEMOS TRABALHAR SÓMENTE EM NOSSO PRÓPRIO INTERESSE; DEVEMOS SER MODESTOS E PRATICAR A AUTOCRÍTICA — NÃO DEVEMOS TER GRANDE ESTIMA POR NÓS MESMOS; DEVEMOS TER UM SENTIDO PRÁTICO E ESCRUPULOSO EM NOSSO TRABALHO — NÃO DEVEMOS SER SUPERFICIAIS NEM FAZER OSTENTAÇÕES; DEVEMOS ESTAR ALERTAS, TRABALHAR E ESTUDAR INCANÇAVELMENTE — NÃO DEVEMOS SER PREGUIÇOSOS E INATIVOS.

A reunião decidiu, por fim, convocar para o outono deste ano, em Pequim, uma Conferência Nacional de jovens ativistas na construção do socialismo.

CALENDÁRIO — MAIO Internacional

- 1 — 1886 — Os operários de Chicago celebram, pela primeira vez, o dia do Trabalho, realizando manifestações pela jornada de 8 horas.
- 1890 — Primeira manifestação mundial dos trabalhadores convocada pela II Internacional, reivindicando a jornada de 8 horas.
- 1916 — Manifestação antigerreira em Berlim em que foi preso Karl Liebknecht.
- 1919 — Grandes manifestações em toda a Europa pela jornada de 8 horas e contra a intervenção imperialista na U.R.S.S.
- 2 — 1945 — Libertação de Berlim pelo Exército Soviético.
- 5 — 1818 — Nascimento de Karl Marx, em Treves, na Alemanha.
- 1912 — N° 1 «Pravda» («A Verdade»), jornal de Lênin (Dia da Imprensa Operária).
- 1945 — Sublevação em Praga contra o ocupante nazista.
- 8 — 1945 — Assinatura em Berlim da rendição incondicional das forças nazistas.
- 1951 — O governo da República Democrática Popular da Coreia dirige à O.N.U. um protesto denunciando o emprêgo da arma bacteriológica pelos intervencionistas norte-americanos.
- 13 — 1905 — V Congresso do Partido Operário Social-Democrático Russo (bolchevique), em Londres, com a presença de Lênin e Plekhanov.
- 15 — 1948 — Dissolução da III Internacional, por resolução do Comitê Executivo.
- 28 — 1871 — Queda da Comuna de Paris, afogada em sangue pela reação francesa.

Nacional

- 1 — 1901 — Euclides da Cunha redige um manifesto socialista em nome do Clube Internacional dos Filhos do Trabalho, de S. José do Rio Pardo (Estado de São Paulo).
- 1925 — Circula no Rio o primeiro número de «A Classe Operária» órgão do Partido Comunista do Brasil.
- 1959 — Grande manifestação operária na cidade de Rio Grande atacada pela polícia, resultando mortos os trabalhadores Angélica Gonçalves, Osvaldine Correia, Euclides Pinto e Honório Pôrto, ficando paraltico, em consequência dos ferimentos, Antônio Rechbach.
- 7 — 1947 — Cassação do registro eleitoral do P. C. B. pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- 10 — 1930 — Morte de-Siqueira Campos, destacado combatente da Coluna Prestes.
- 11 — 1874 — Nascimento de d. Leocádia Prestes, grande lutadora antifascista.
- 1938 — Fracasso o golpe nazista no Brasil, desfechado pelos integralistas.
- 13 — 1888 — Abolição da escravatura após memoráveis campanhas e lutas.
- 16 — 1925 — Reune-se no Rio o II Congresso do Partido Comunista do Brasil.
- 20 — 1880 — Morte de Ana Néri, que se celebrou como enfermeira durante a guerra do Paraguai.
- 22 — 1945 — Circula no Rio o primeiro número do diário da imprensa democrática «Tribuna Popular», fundado por Prestes.
- 23 — 1945 — Prestes, após 9 anos de cárcere, fala pela primeira vez ao povo brasileiro, depois de sua libertação, num grande comício no Rio, que assinala a data da legalidade do Partido Comunista do Brasil.
- 1946 — A polícia chacina o povo no Largo da Carioca por ocasião de um comício convocado pelo P.C.B., assassinando e ferindo numerosos patriotas.

Reunião do C.C. do P.C. Português

VIDA dos Partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

Em fevereiro último, realizou-se uma reunião do C. C. do P. C. Português para discutir a Declaração dos PP. CC. e os Operários dos países socialistas e o Manifesto da Paz da Conferência dos representantes dos PP. CC. e Operários, reunidos em Moscou por ocasião das comemorações do 20º aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

Numa importante resolução, o C. C. do P. C. Português expressou a sua concordância unânime com estes históricos documentos, considerados como uma contribuição para a atividade de todo o Partido. Essa resolução destaca-se pelo fato do C. C. do P. C. Português ter extraído alguns ensinamentos essenciais da Declaração e do Manifesto da Paz tendo rigorosamente em conta as originais peculiaridades da realidade portuguesa, o que lhe permitiu abalar no mais amplas perspectivas para o trabalho dos comunistas do país irmão.

Ao desmentar as consequências desastrosas da política de guerra da camarilha salazarista, os novos compromissos assumidos na última reunião da NATO e as enormes despesas militares e repressivas, que impedem o fomento da economia e da cultura portuguesas, a resolução diz: «Precisamente porque a participação de Portugal no agressivo Pacto do Atlântico liga o país à política de aventuras militares dos imperialistas, e que pode trazer terríveis consequências para a nossa pátria e o nosso povo, o povo português não deve permitir que o nosso país participe em qualquer bloco militar, deve lutar energeticamente contra a existência de bases militares estrangeiras, depósitos de armas atômicas e a instalação de foguetes em território nacional e pela negociação pacífica em Góá». E acrescentou: «Uma política de neutralidade silva, isto é, de defesa da coexistência pacífica, de recusa de Portugal participar em qualquer bloco militar, de exigir, nas Nações Unidas a aplicação de uma política de paz no sentido de se pôr termo à guerra fria, prestigiará internacionalmente o nosso país e salvaguardará a existência pacífica do povo português, cujas tradições têm sido sempre de amor à paz».

Ao esclarecer que a situação de Portugal se caracteriza por crescentes choques de interesses entre a camarilha salazarista e o povo português, a resolução mostra que isto levou ao surgimento de uma nova disposição de

forças no interior do país favorável à democracia. «Estes conflitos crescentes de interesses — diz a resolução — conduzem ao alargamento e fortalecimento da unidade anti-salazarista, tornam-na imperativa e impelirão as massas para a luta por sua libertação». Assim é que forças sociais que até agora não hostilizavam o regime salazarista passam para o campo da oposição.

A resolução do C. C. do P. C. P. indica as possibilidades de uma solução pacífica do problema português, acentuando, ao mesmo tempo, que isto implica na ação organizada das massas e na unidade das forças democráticas e anti-salazaristas. Neste sentido salienta a resolução: «Será o alargamento das ações de massas que conduzirão à unidade das correntes democráticas e abrirão o caminho que conduz à solução do problema político português por meios pacíficos. Nos últimos tempos foram dados passos no terreno da unidade de ação como por, exemplo, na luta pela anistia, pelas liberdades democráticas, etc. Há, no entanto, certos setores democráticos que resistem obstinadamente à unidade com o Partido Comunista e outras correntes democráticas de esquerda. Em vez de se apoiarem no povo, procuram estabelecer alianças com elementos salazaristas dissidentes que apolavam o regime, mas que hoje não concordam com certos atos da governação salazarista, embora continuam

de acordo com os aspectos essenciais do regime. Por isso mesmo estes democratas defenderam o abstencionismo na passada campanha eleitoral para deputados e neste momento continuam a dificultar a apresentação dum candidato democrático para a Presidência da República. A posição desses democratas causa profundos prejuízos à luta libertadora do povo português, não fortalece as forças democráticas, antes as enfraquece e as tornam mais vulneráveis à repressão fascista. A solução do problema político português no sentido democrático implica obrigatoriamente a ação das massas».

É preocupação essencial do C. C. do P. C. P. enfim, estimular o surgimento de novos meios e formas para mobilizar massas cada vez mais amplas da população portuguesa, a fim de ampliar o movimento de unidade anti-salazarista e de fortalecer a unidade da classe operária.

AJUDE VOZ OPERÁRIA FAZENDO UMA ASSINATURA!

CARTA ABERTA DO PARTIDO SOCIALISTA POPULAR DE CUBA AOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERARIOS DO MUNDO

N. R. — Reproduzimos, a seguir, os trechos principais da Carta Aberta que o Partido Socialista Popular (Comunista) de Cuba enviou aos Partidos Comunistas e Operários de todo o mundo.

Cuba, nossa pátria, atravessa a mais sombria etapa de sua história republicana, mais tenebrosa ainda que a tirania batista nos negros dias em que, sustentada por Wall Street, agitava nosso povo e provocava a repulsa das massas em todo o mundo.

Dirigimo-nos a vós a fim de pedir-vos, uma vez mais, solidariedade e ajuda; para solicitar-vos que denunciéis ante os operários e vossos povos a onda de perseguições, torturas, assassinatos, represálias massivas e outras atrocidades desencadeadas em nosso país pelo governo tirânico, antiopeário e antinacional de Batista, para rogar-vos fraternalmente que mobilizéis a opinião democrática e façais sentir aos verdugos de nossa pátria e aos seus amos imperialistas o peso da repulsa internacional, mediante milhares de mensagens que exijam a paralisação das brutalidades que hoje se cometem em Cuba e o respeito, pelo menos, dos direitos humanos mínimos a que pode aspirar um povo.

Produto do golpe de Estado reacionário de 10 de março de 1952, que foi promovido pelos imperialistas norte-americanos para impedir o avanço das forças democráticas, nacional-libertadoras e partidárias da paz do nosso povo e para intensificar sua própria dominação sobre nossa terra e aumentar seus monstruosos lucros mediante o saque mais rapace das riquezas nacionais e o incremento da exploração dos operários e camponeses, o governo de Batista, governo de força de tração nacional, procura apresentar-se, através de esta propaganda que realiza no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos, na América Latina, no Canadá e na Europa, como democrático, como respeitador dos direitos humanos e partidário do progresso, mas nas ações aplica o mais sinistro terror e os mais bárbaros métodos de repressão de crimes para sustentar-se no poder.

ASSASSINATOS EM MASSA DE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS

Há mais de cinco anos os métodos de repressão política, sob as ordens diretas do governo, não dão tréguas em sua luta contra nosso povo. O país vive praticamente em estado de sítio. As garantias constitucionais (direitos e liberdades democráticas) estão suspensas formalmente há seis meses, ainda que de fato tenham estado suspensas nos últimos cinco anos.

O governo assassinou mais de mil compatriotas, entre eles, crianças e mulheres. Os cárceres estão cheios de detidos e condenados por delitos políticos e sociais. Aos sindicatos — mesmo convertidos, como estão, em uma espécie da Frente de Trabalho batista — se lhes proibiu, durante todos estes anos, celebrar o 1º de maio com desfiles e atos de massas, como era costume, pelo menos, desde 1923. As greves são consideradas ilegais e seus dirigentes, assim como os que delas tomam parte, são jogados nas prisões, maltratados, torturados e condenados por «greve ilícita».

As massas operárias são proibidas praticamente de participar nas reuniões sin-

do se efetuam, se desenvolvem sob vigilância policial e militar. Para reunir-se em qualquer lugar do país — inclusive para reuniões familiares e festas — é necessário ter «permissão», expedida diretamente pelo Ministério de Governação, o qual pode negá-la por capricho ou qualquer pretexto. Se, apesar de todos os entraves, os operários elegem uma diretoria sindical composta de trabalhadores unitários — a «lei» da tirania proíbe aos comunistas de serem dirigentes de qualquer organização social e mesmo de participarem em assembleias —, o governo, com a complicitude da camarilha que ocupa a direção da C. T. C., a destitue e nomeia outra em seu lugar, composta de agentes incondicionais da tirania. Foi pôsto em moda a «intervenção» e «ocupação» dos sindicatos, seja diretamente com forças policiais e militares, seja mediante comissões de burocratas sindicais governistas e pró-imperialistas.

A sombra da suspensão das garantias, o governo mantém uma rígida censura sobre a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema. Já antes, desde 1953, havia fechado o diário «Hoje», cujas oficinas e sedes mantêm desde então sequestradas e ocupadas militarmente. As únicas notícias que se publicam são as que funcionários da censura consideram favoráveis aos interesses governamentais.

Com as garantias suspensas, e mesmo sem a sua suspensão, os agentes da repressão assaltam domicílios a altas horas da noite, destroçam as portas, roubam o quanto podem e sequestram os seus moradores, que às vezes, são encarcerados por dias, semanas e meses sem a formação de culpa nem a intervenção de juizes.

TORTURAS NOS CARCERES E CORPOS SEPULTADOS COM VIDA

Os detidos são em geral, bárbaramente espanca-

dos. Além disso, não poucos são torturados, com o objetivo de arrancar confissões e informes. Em alguns casos, a tortura consiste em levar às prisões as esposas, filhas e outros familiares dos detidos para simular que são violados ou submetidos a práticas bestiais. Simultaneamente, golpeiam e dão picadas elétricas nos detidos, bem como injetam-lhe drogas. Em outros casos a tortura é mais direta. Os policiais tratam simplesmente de golpear os detidos por todas as partes, de aplicar-lhes correntes elétricas, de feri-los, até que sobrevenha a morte.

Quando se torturam comunistas, agentes do FBI tomam parte nos interrogatórios. A tal extremo chega a intervenção da polícia lanque na vida interna de nosso país, que um Ministro do governo, que se interessava pela sorte de um detido, deixou de continuar ocupando-se do caso porque — segundo declarou — «o assunto está em mãos dos americanos». Recentemente regressou dos Estados Unidos o chefe do Birô de Repressão das Atividades Comunistas (B. R.

BATISTA PROCURA ESMAGAR PELO TERROR O HEROISMO DE SIERRA MAESTRA

O terror é mais violento e cruel na província do Oriente, onde, na região da Sierra Maestra, opera um movimento guerrilheiro comandado por Fidel Castro, líder da organização «26 de julho».

Nesta província, particularmente na região afetada pelas guerrilhas, são horrendas as atrocidades praticadas pelas forças armadas da tirania. A aviação ombardeia indiscriminadamente toda a zona, metralha as casas dos camponeses, enquanto as forças de terra realizam operações de represálias, queimando as casas, destruindo colheitas e assassinando os «suspeitos» de convivência com os guerrilheiros. Na região de Pílon, as forças governamentais metralharam os campo-

A. C.) com instruções — segundo confessa gostosamente — de intensificar ainda mais a repressão contra os comunistas e de deter e assassinar «150 comunistas notórios», com a eliminação física dos quais o governo lanque considera que se impedirão as greves e se liquidará o «estado de perturbação em Cuba».

Nos últimos tempos, a polícia intensificou uma prática: deter e fazer desaparecer em prisões policiais especiais — onde não se sabe se foram assassinados ou ainda vivem — determinados cidadãos. Os assassinatos se fazem cada vez mais frequentes. Prendem-se cidadãos e no dia seguinte amanhecem crivados de balas ou enforcados nas estradas e até dentro das cidades. Verdaderamente monstruoso foi o massacre de 200 marinheiros e civis em Cienfuegos, prisioneiros uns como resultado da rebelião da Base Naval da cidade e detidos outros por «suspeitos». Todos foram agrupados contra uma parede e metralhados em plena rua. Os corpos foram atirados numa fossa comum, sendo que alguns ainda com vida.

A maioria dos assassinados, dos golpeados e torturados não tem nada que ver com os atos terroristas, ao mesmo tempo que é monstruoso que um governo assassino como represália.

O nosso Partido, como é sabido, repudia o terrorismo como método de luta, por produtor e realizador da mobilização das massas. Os comunistas não temos relação alguma, nem direta nem indireta, com os atos terroristas; e, no entanto, em nós se concentra particularmente o terror da tirania, que nos faz vítimas regulares de seus criminosos agentes.

O POVO NÃO RETROCEDE ANTE AS BARBARIDADES DA TIRANIA

O governo assassina os comunistas porque, de uma parte, somos a força de vanguarda da luta contra a tirania, porque somos antiimperialistas, porque defendemos a democracia e a paz, porque sustentamos bem alto um programa de libertação nacional, porque mantemos com toda firmeza as nossas convicções marxistas-leninistas e socialistas; e, de outra parte, porque pretendemos com a violência, barrar o caminho para a solução democrática da crise cubana e para as transformações que propugnamos e que a história já reclama.

A camarilha despótica de Batista persegue, encarcera, tortura e assassina comunistas para assegurar, com isto — à base pôdre do anticomunismo —, o apoio e o sustento dos imperialistas lanques. A tirania serve a Washington cadáveres de cubanos comunistas, em troca de ajuda de armas para matar mais cubanos, de meios para prolongar seu poder e a hostilidade da esmagadora maioria da nação.

Se o governo de Batista recorre a tais formas de terror, não é porque seja forte, mas, precisamente, por ser fraco. Um governo que, para se sustentar no poder, necessita do crime diário, da repressão mais selvagem, das prisões e das torturas, do sangue e da morte, não pode ser e não é, um governo forte, mas um governo débil, impopular, sem

base nem apoio entre as massas.

O povo cubano não retrocedeu ante essa política de barbaridades. A resistência popular contra Batista foi crescendo na mesma medida em que a tirania intensificava seus métodos repressivos. E' certo que boa parte da oposição — os partidos burgueses e pequeno-burgueses — utiliza métodos terroristas e putchistas em suas lutas, o que contribui para a dispersão tática da oposição e tem custado muitos sacrifícios estéreis. E' certo, igualmente, que nessas mesmas áreas da oposição predominaram em boa parte, até agora, aqueles que põem obstáculos à unidade que inclui as forças antiimperialistas e comunistas. Estes são fatores que têm tornado difícil à resistência popular alcançar sua completa vitória. Apesar disso, porém, o povo cubano pode sentir-se orgulhoso de sua trajetória de luta contra o despotismo.

A classe operária tem sabido honrar seu dever histórico, como classe dirigente da nação cubana nesta etapa de sua história. Mesmo com a divisão introduzida no movimento sindical cubano a partir de 1947, por imposição do imperialismo norte-americano, que priva os operários de nosso país dos instrumentos adequados de resistência sindical, o proletariado desencadeou grandes lutas por suas reivindicações econômicas e políticas, pelas reivindicações de todo o povo. Boa parte do Plano Truslow, elaborado pelo imperialismo com o propósito de aumentar os lucros dos inversionistas lanques à custa do precário nível de vida operário, foi derrotado pelos trabalhadores. As rebaixas de salários e as dispensas de trabalhadores impostas em 1953 tiveram que ser anuladas. Batista procurou atrair parte da classe operária mediante concessões econômicas, aproveitando a conjuntura favorável, propiciada pelas vendas de açúcar por preços vantajosos e pela di-

lapidación das reservas de dólares e de divisas acumuladas nos anos de guerra e de após-guerra. Mas, nem o terror nem as concessões, afastaram a classe operária de seu caminho de luta. Em dezembro de 1955, a greve dos trabalhadores açucareiros demonstrou que a palavra de ordem do Partido Socialista Popular, de «união e luta de massas», era o caminho adequado para reconquistar as regalias democráticas em Cuba e abrir as condições para as transformações de que Cuba necessita. A greve geral de agosto de 1957, iniciada como protesto pelo assassinato de cidadãos na cidade de Santiago de Cuba, paralisou, durante um ou vários dias, importantes cidades e povoados do país.

Os camponeses não ficaram atrás na ação por suas reivindicações e contra o despotismo, especialmente na zona oriental e na província ocidental de Pinar del Rio. A juventude estudantil sabe sabido também manter e honra suas tradições. Os profissionais liberais — médicos, advogados, engenheiros, juizes, etc. — têm dado exemplos de firmeza ante a tirania. Mesmo as instituições cívicas mais afastadas da contenda política têm assumido uma posição democrática inequívoca.



BLAS ROCA, secretario geral do P. S. P. C.

Os exemplos de firmeza ante a tirania. Mesmo as instituições cívicas mais afastadas da contenda política têm assumido uma posição democrática inequívoca.

CUBA VENCERÁ

O povo de Cuba, podeis estar seguros, não abandonará sua luta contra a tirania de Batista e de seus amos em Washington, pela solução democrática da crise, por um governo de ampla coalisão democrática, pela democracia pela libertação nacional e pela paz. O Partido Socialista Popular fiel às suas tradições comunistas, despenderá maiores esforços para alcançar a mais ampla união de todos os trabalhadores e de todo o povo de Cuba, a fim de conseguir a vitória popular.

O povo cubano vencerá por fim. Para isto conta com suas próprias energias e com a solidariedade de todas as forças democráticas, progressistas, patrióticas, antiimperialistas e socialistas da América Latina, dos Estados Unidos, Canadá e do mundo inteiro.

Cuba agradece as demonstrações de solidariedade que tem recebido, destacando-se os acordos do Congresso Operário Mundial organizado pela gloriosa FSM, as manifestações do movimento sindical e do movimento estudantil latino-americanos. Os trabalhadores cubanos receberam, como estímulo extraordinário, a solidariedade dos sindicatos franceses, italianos, soviéticos, chineses, rumânicos, búlgaros, vietnamitas, coreanos, sírios, indonésios e de muitos outros países. Ajudam a opinião democrática norte-americana. Mas a situação torna cada dia mais tensa e trágica. E é por isso que nos dirigimos a vós, companheiros dos Partidos Comunistas e Operários de todo o mundo, como a vanguarda democrática da humanidade e o estado-maior do proletariado mundial, para pedir, em nome da classe operária e do povo cubano, que se intensifique essa maravilhosa contribuição solidária.

Esperamos que em nosso país, a imprensa democrática, operária e progressista denuncie os crimes de que são vítimas os trabalhadores e todo o povo de Cuba.

Esperamos que centenas de mensagens cheguem às Embaixadas, ao governo e ao Congresso de nosso país, pedindo que se ponham fim aos assassinatos e às torturas, que se respeitem a vida e a integridade dos detidos, que terminem as perseguições, que cesse a onda bestial de terror e sangue que hoje envolve Cuba.

Esperamos todas as manifestações possíveis de solidariedade. Estamos certos de que este chamamento será acolhido por vós com calor e que a influência e a força de um movimento comunista e operário que move centenas de milhões de seres em todo o mundo, dará sua valiosa contribuição à causa da democracia e da liberdade de Cuba.



FIDEL CASTRO, líder dos guerrilheiros cubano.

As assembleias dos sindicatos e de outras organizações são limitadas e severamente controladas; e, quan-



FULGENCIO BATISTA, opressor do povo cubano

neses acompanhantes de um entêrro, amontoaram todos os cadáveres juntamente com a palha dos tetos das casas que ali havia e depois tocaram fogo. Na cidade de Santiago de Cuba, onde já foram assassinados dezenas de cidadãos, diariamente aparecem cadáveres nas ruas. A cidade de Bayamo foi submetida a uma represália em massa por parte das forças governamentais, que ocuparam todas as ruas, dispararam a torto e a direito, assaltaram casas e cometeram toda sorte de tropelias.

O governo pretende justificar seus crimes com a alegação de que tem que combater o terrorismo. Isto porém não é mais que um pretexto gros-

I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco

O IMPORTANTE CONCLAVE SERÁ PATROCINADO PELA SOCIEDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PLANTADORES DE PERNAMBUCO — MANIFESTO DE CONVOCAÇÃO E TEMÁRIO (Do Nosso Correspondente)

Patrocinado pela Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, realizar-se-á dos dias 10 a 13 de maio, nesta capital, o I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco. Pela primeira vez, trabalhadores do campo e sobretudo pescadores pernambucanos, realizam um conclave dessa natureza, o que constitui um fato novo na vida dos trabalhadores daquele importante Estado nordestino. Centenas de trabalhadores, representando milhares de companheiros seus, participarão desse congresso, cujos preparativos vêm obtendo grande repercussão entre os trabalhadores de todo o Estado.

Manifesto

De Convocação

É o seguinte o Manifesto de Convocação do I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco:

«A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco convoca por este meio o I Congresso dos Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco a realizar-se entre os dias 10 e 13 de maio de 1958.

Ninguém ignora que os lavradores e os trabalhadores do campo em nosso Estado vivem sem o devido amparo, submetidos a penosas condições de trabalho e sujeição, cada vez maior, na agricultura e na pecuária. Isso entrava o desenvolvimento da indústria e do comércio, porque não favorece o crescimento do mercado interno. Mas, ao contrário, só serve para agravar as questões com o despovoamento do interior do Estado e a fuga, em massa, dos

camponeses para a capital ou para o sul do país. O atraso de Pernambuco, em relação às regiões Centro-Sul do país, é hoje maior que há anos. Isto por si só mostra a necessidade da convocação do Congresso.

Milhares de pequenos e médios proprietários de terra, de assalariados agrícolas, de foreiros, de colonos, de vaqueiros, de pescadores, trabalham de sol a sol, enquanto o seu estado de pobreza aumenta dia a dia. Não há assistência ao trabalhador do campo, pois a legislação trabalhista só existe para ele no papel. Os fóros são aumentados de ano para ano, embora contra a lei, ao sabor dos grandes proprietários. Não há crédito para os pequenos e médios proprietários que são sufocados pela maioria dos grandes proprietários. Não há garantia para a colocação dos seus produtos. Nem assistência técnica. Nem material agrícola. Nem sementes selecionadas. A situação do

pescador é tão precária, como a do camponês mais humilde. Não é menos dolorosa a do vaqueiro.

Para lutar contra esse estado de coisas que piora sempre, convocamos os lavradores, os trabalhadores do campo, os foreiros, os vaqueiros e os pescadores, a fim de debaterem as questões que interessam a todos eles e apontar a solução mais justa para cada uma delas, figurando entre as mais sérias: liberdade e direito de livre associação e de sindicalização; aplicação efetiva das leis existentes que beneficiam o homem do campo; terras para trabalhar; ajuda financeira e técnica aos lavradores e pescadores; ferramentas e sementes; extinção do cambão, do dia de condição, do vale, do barracão; abolição do sistema da meia e da terça; garantia de preços compensadores aos produtos agrícolas; escola e assistência médica.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco também estende o seu convite para tomarem parte nesses encontro fraternal aos Sindicatos e Associações Rurais, Círculos Operários, Cooperativas Agro-Pecuárias, estudantes, parlamentares, vereadores, donas de casa, partidos políticos, associações beneficentes, candidatos a postos eletivos, forças armadas, autoridades estaduais e muni-



cipais, civis e eclesiásticas, o comércio e o povo em geral.»

TEMÁRIO

Damos, a seguir, o temário do importante conclave de homens do campo e pescadores pernambucanos:

- 1 — Questão da propriedade da terra. Sua distribuição — Número de propriedades grandes e pequenas e relação entre elas.
- 2 — Relações de produção no campo — Assalariados Agrícolas — Fóro — Condição — Cambão.
- 3 — Arrendamento e fóros.
- 4 — Importância da pequena propriedade para a vida econômica de Pernambuco — A pequena Propriedade e a agro-indústria do açúcar.
- 5 — Estatuto da Lavoura Canavieira — Assalariados Agrícolas — Salário-mínimo — Sindicalização.
- 6 — Açudagem e Poços Artesianos — Irrigação.
- 7 — A monocultura da cana de açúcar e a questão da policultura.
- 8 — Saúde Pública e Saneamento — Mortalidade infantil — Assistência médica.
- 9 — Educação — Alfabetização — Escola rural.
- 10 — A faixa verde e os grandes centros urbanos.
- 11 — Produção e consumo de leite. — Preço da forragem.
- 12 — Caroa e outras fibras.
- 13 — Assistência Jurídica aos Camponeses.
- 14 — O Problema da Pesca em Pernambuco — Colônias de pescadores — Industrialização da pesca.
- 15 — Cultura e defesa do algodão — Algodão Moco — Mercado interno e externo.
- 16 — Extensão da Legislação Trabalhista ao campo.
- 17 — A Colônia Agrícola de Bonito.
- 18 — Alimentação e Nutrição do homem do campo.
- 19 — O problema da seca.
- 20 — O Serviço de Terras e Colonização.
- 21 — Crédito Agrícola — Banco do Brasil e Bancos particulares.
- 22 — Outros Temas.

A realização do I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco evidencia que não é somente a classe operária

que luta em busca de uma saída para os problemas econômicos, políticos e sociais do momento. Outras camadas de trabalhadores como é o caso dos pescadores pernambucanos, se inquietam e se convencem cada vez mais de que, para conquistar melhores condições de vida, não há outro caminho que não seja o da luta, em unidade com outras forças, também interessadas nos mesmos direitos e reivindicações.



Camponeses nordestinos em sua dura faina, utilizando as primitivas enxadas

A RAINHA E A CAMPONESA



A rainha Elizabeth, da Bélgica, participou dos trabalhos do Concurso de Piano e Violino Tchaikowsky, em Moscou, realizando depois extensa visita a diversas regiões da União Soviética, sobre a qual fez elogiosas referências. Na Geórgia, foi hóspede do colôco Stálin, no distrito de Gori. No clichê acima, vemos a rainha da Bélgica conversando com a camponesa Sophia Rtvclashvili, após um jantar na residência desta (Foto Tass).

A Editorial Vitória Ltda. avisa aos seus leitores e amigos que no período da III Feira do Livro — de 18 de abril a 18 de maio — em vista de ser concedido o desconto de 20% em todos os livros, ficará suspensa a seção «O Livro da Semana».

Aproveitamos o ensejo para informar que continuamos ao inteiro dispor de todos, em nossa barraca n.º 8 na Praça Floriano, defronte à Câmara Municipal.

O VII Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia

(Conclusão da 4ª página)

através de sistema de órgãos da gestão social, estabelecida em gestão social, estabelecido vida: mais de um milhão de cidadãos toma parte, hoje, na gestão do Seguro Social, escolas, universidades, instituições científicas e outros serviços. Nos órgãos da gestão da moradia, colaboram mais de 160 mil cidadãos; da Instrução pública, 130 mil; nas Organizações cooperativistas, 100 mil; etc. Além disso, cerca de 155 mil cidadãos tomam parte ativa em diferentes Conselhos e Comissões dos Comitês populares. Tudo este mecanismo de autogestões facilita a que todo membro da comunidade social jugoslava possa hoje discutir e decidir sobre os fundamentais problemas da vida e do desenvolvimento econômico e social.

O PLANO ORIENTADOR DA ECONOMIA

A Assembléia Nacional da Jugoslávia aprovou, em suas últimas sessões, antes de cumprido o seu mandato, o Plano orientador do desenvolvimento quinquenal do país, como também toda uma série de leis, importantes para o desenvolvimento ulterior da democracia socialista, e particularmente para a consolidação da autogestão operária e do sistema comunal. Estas leis resumem as experiências adquiridas durante o período passado do desenvolvimento e regulam os direitos ainda mais amplos dos Conselhos operários e das Comunas em matéria de distribuição da renda das organizações econômicas. Os Conselhos Operários e os Comitês Populares, como também as instituições com seus órgãos autônomos, dispõem atualmente de três quartas partes da totalidade do produto social no setor socialista da economia (renda nacional e amortização). Deste modo, foram postos consideráveis meios de processo social de reprodução nas mãos dos órgãos da autogestão social, que podem dispor livremente dos mesmos, de acordo com as linhas determinadas e proporções básicas do Plano econômico federal.

ELEIÇÃO DIRETA DOS DELEGADOS AO CONGRESSO

De acordo com todos estes problemas de desenvolvimento político-social e econômico da Jugoslávia, a Liga dos Comunistas teve que modificar seus métodos de trabalho no período passado, acentuando antes de tudo seu papel ideológico-político e organizador entre as massas.

Diferentemente dos Congressos anteriores, quando os delegados se elegiam exclusivamente nas conferências de distrito, desta vez se elegeram nas conferências municipais, de empresas e de fábricas, devido ao importante papel político, social e econômico que as comunas-municípios e as organizações econômicas adquiriram no sistema socialista jugoslavo. Ao introduzir esse novo método de eleição de delegados ao Congresso, o Comitê Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia quis ligar mais diretamente estas eleições com a massa de membros para que deste modo se manifestem mais plenamente o papel e as experiências das organizações de base da Liga.

Entre o 6º e o 7º Congres-

so da Liga, foram alcançados também resultados importantes no desenvolvimento econômico do país. A política de industrialização, com a qual estavam determinadas as principais linhas positivas deste desenvolvimento, converteu a Jugoslávia de um país agrícola em um país industrial-agrícola, facilitando — sobre a base material já criada — que no atual Plano orientador se fixassem as seguintes linhas do progresso econômico do país: antes de tudo, continuar aumentando a produção na base de um aproveitamento mais completo da capacidade e com maior produtividade de trabalho; fomentar a agricultura e incrementar as relações socialistas no campo; elevar constantemente e gradualmente o nível de vida individual e social; liquidar o déficit na balança comercial com o estrangeiro e fomentar mais harmoniosamente o progresso das regiões economicamente subdesenvolvidas e as desenvolvidas.

CONFERÊNCIAS DA LIGA DOS COMUNISTAS DA JUGOSLÁVIA

As conferências da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, preparadas apreciações das experiências práticas das organizações da Liga, que serviram aos delegados para o Congresso.

O PROGRAMA E OS ESTATUTOS

O Sétimo Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia aprovou o Programa da Liga, cujo projeto foi sub-

CONGRESSO NACIONALISTA

(CONCLUSÃO DA PÁG. 5)

tendo em vista a defesa das indústrias congêneres nacionais; anulação da portaria 113 da SUMOC.

PLATAFORMA DAS FORÇAS NACIONALISTAS DO ESTADO DO RIO

É o seguinte o texto da plataforma:

Os delegados ao Congresso Nacionalista Fluminense, irmanados pelos mesmos ideais de progresso e de bem estar do povo brasileiro, aprovam a seguinte plataforma das forças nacionalistas do Estado do Rio.

I — No âmbito nacional: Luta pela emancipação nacional. Estimulo ao livre desenvolvimento da indústria nacional e sua proteção face à concorrência dos trusts internacionais.

Monopólio estatal na exploração do petróleo. Defesa e fortalecimento da Petrobrás. Cumprimento das diretrizes traçadas pelo Conselho de Segurança Nacional para a exploração dos minerais rádio-ativos. Defesa da Marinha Mercante e desenvolvimento da indústria de construção naval. Orientação nacionalista na produção da energia elétrica, capaz de libertar esta indústria dos monopólios estrangeiros. Relações comerciais, diplomáticas e culturais com todos os países, à base de benefícios mútuos e da não ingerência nos negócios internos de cada país.

II — No plano estadual: Defesa e ampliação da usina siderúrgica de Volta Redonda. Conclusão da Cia. Nacional de Alcalis. Anulação do contrato que prorrogou ilegalmente o direito da Cia. Brasileira de Energia Elétrica de explorar a produção de energia elétrica no Estado. Cumprimento pela Light das cláusulas que obrigam a regularizar o curso do rio Paraíba. Complementação das obras da usina de Macabá. Construção da central hidroelétrica do rio Itabapoana. Defesa e ampliação da Fábrica Nacional de Motores. Reparelamento dos estaleiros do Lloyd Brasileiro e da Cia. de Navegação Costeira e bem assim amparo à Marinha Mercante e à construção naval. Intensificação da construção da refinaria de petróleo de Caxias. Defesa dos depósitos de areias monazíticas da faixa litorânea norte-fluminense. Estudo da defesa nacionalista da Indústria da Pesca.

III — Melhoria dos transportes, tendo em vista o desenvolvimento da economia estadual. Aparelhamento e ampliação dos portos de Niterói, Angra dos Reis, Macaé e São João da Barra. Ampliação da rede rodoviária e ferroviária do Estado. Eletrificação pela Central do Brasil de novos percursos situados em território fluminense. Renovação dos parques ferroviários nas zonas do Estado onde operam a Central do Brasil, Leopoldina e Rede Mineira de Viação.

IV — Para ampliar o mercado interno no Estado: Reforma de regime agrário vigente no Estado, de acordo com os dispositivos da Constituição Estadual que possibilitam a extinção progressiva dos latifúndios e a melhoria das condições de vida das populações rurais. Legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.

V — Por uma política democrática: Defesa da Constituição Federal, das liberdades democráticas e conquistadas dos novos direitos capazes de consolidar a legalidade democrática.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Começamos por lembrar aos nossos agentes do interior da necessidade de pagar as faturas do mês de março, até o fim do mês corrente a fim de não causar dificuldades a economia da empresa.

NOVA AGÊNCIA: Bragança Paulista.

AGÊNCIA RESTABELECIDADA: Itabuna.

AUMENTO: Ribeirão Preto mais 50 por cento.

AGÊNCIA SUSPENSADA: Cruzeiro D'Oeste

AGÊNCIA REDUZIDA: Itulubá menos 16 por cento, Fortaleza (CE) menos 20 por cento.

NOVOS ASSINANTES: Jau — SP (1), Ribeirão Preto — SP (1) e S. Gonçalo — E.R. (1).

PAGAMENTOS DE 15/4 23/4/68: Aquidauana, Jau, Jau (Ass.), Mamantina, Rio Verde, Cruzeiro D'Oeste, Curitiba, Manaus, S. Paulo, Araraquara, Maringá, Barra Mansa, Itapetininga (JT), Corumbá, Campinas Grande, Neves Paulista, Jacareá, Ourinhos (2), Ribeirão Preto, Bragança Paulista, Cuiabá (2) e Sergipe.

UMA NOTA: O Clube Anady Rosales trouxe para a VOZ uma contribuição de Cr\$ 320,00.

RETIFICAÇÃO: No Asses número passado publicamos que Jacarezinho tinha deixado de retirar a VOZ. Queremos aqui fazer a retificação: o que se dá é que Jacarezinho está retirando a VOZ na Banca.

GRANDE ATO PÚBLICO EM RONDONÓPOLIS

PERSONALIDADES E POVO REUNEM-SE NA CÂMARA MUNICIPAL PARA HOMENAGEAR A JUSTIÇA BRASILEIRA, ATRAVÉS DA PESSOA DO JUIZ MONJARDIM FILHO

RONDONÓPOLIS (Do Correspondente) — No dia 30 de março último, realizou-se na Câmara Municipal desta cidade, um ato público em homenagem à Justiça Brasileira através da pessoa do Juiz José Monjardim Filho, pela decisão daquele magistrado, revogando a prisão preventiva contra Luiz Carlos Prestes.

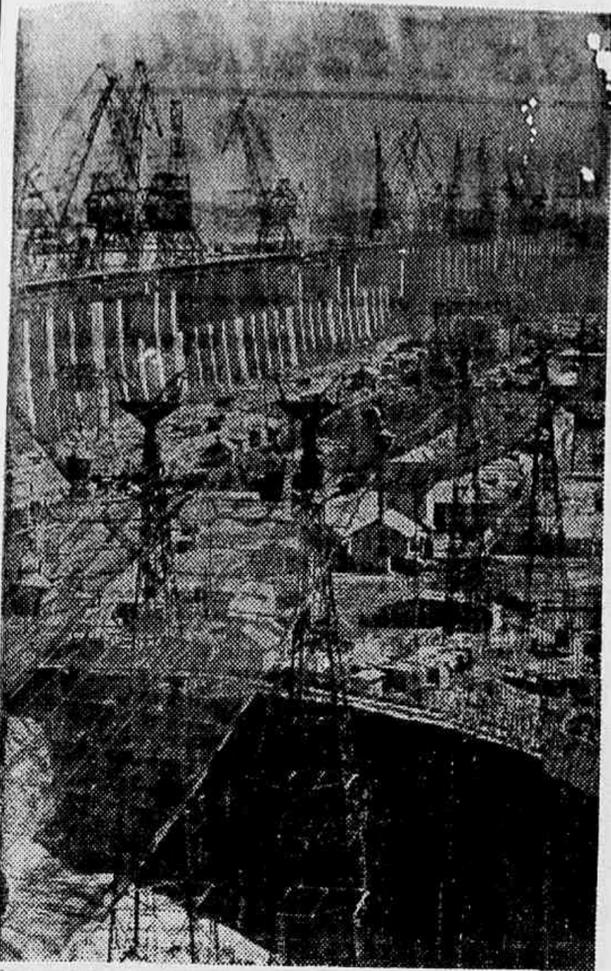
O ato foi convocado por importantes personalidades locais constituídas de parlamentares, jornalistas, professores, comerciantes, industriais, operários, lavradores, etc., pertencentes às mais diversas correntes partidárias e contou com numerosa assistência que superlotou todas as dependências da Câmara.

Participaram da Mesa os srs. Daniel Moura, prefeito de Rondonópolis, Anísio Braga, presidente da Câmara Municipal, José de Matos, Juiz de Paz, vereadores, delegado de polícia local e os srs. Augusto Moraes, presidente da Associação Comercial e Amoroso de Oliveira, Diretor

do jornal "O Democrata".

Durante a solenidade, vários oradores se fizeram ouvir, todos assinalando a importância da decisão do Juiz Monjardim Filho para o fortalecimento da democracia em nosso país e reafirmando a sua fé na ampliação da legalidade democrática. A solenidade se caracterizou pelo seu cunho nacionalista, tendo alguns oradores se referido a esse movimento para assinalar o seu avanço e influência em todas as camadas do povo brasileiro.

Ao se encerrar o ato, duas moções apresentadas foram aprovadas por aclamação dos presentes. Uma dirigida ao Juiz Monjardim Filho, congratulando-se com aquele ilustre magistrado pela sua decisão revogando a prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes e seus correligionários, e outra, dirigida à Anita Leocádia, felicitando-a pelo retorno de seu pai, à vida legal e ao seio de sua família.

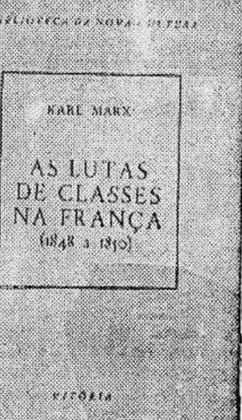


Vista geral da construção da hidrelétrica de Stalingrado, que será uma das maiores do mundo, com dois milhões de Kw de potência.

O PRESIDENTE DO CHILE CANCELA SUA VISITA AOS ESTADOS UNIDOS

Causou viva inquietação nos meios oficiais norte-americanos a decisão do General Ibañez, presidente do Chile, de cancelar sua visita aos Estados Unidos. Essa decisão foi comunicada à imprensa dois dias apenas antes da data anunciada para a partida. A decisão foi motivada como é pública e notório, por uma iniciativa tomada pelo Secretário

do Tesouro do Governo dos Estados Unidos, que visava a impor restrições às exportações de cobre chileno para aquele país. O presidente Eisenhower enviou imediatamente uma mensagem especial a Ibañez na qual tenta «re-mendar» a contradição surgida entre as duas nações. O que se passou com o Chile, dando lugar a esse ativo protesto de seu governo, é semelhante ao que ocorre atualmente em outros países da América Latina. Com a crise econômica ou «crise» que já faz subir o número de desempregados a quase 6 milhões, reduzem-se as importações norte-americanas de produtos da América Latina. Essa redução é acompanhada de novas pressões para a diminuição dos preços. Deterioram-se assim as «relações de troca» dos países subdesenvolvidos do continente, em benefício do imperialismo norte-americano, e aguçam-se extraordinariamente, a crise de divisas. Crescem as dificuldades cambiais e acumulam-se os estoques de produtos de exportação. É o caso do cobre chileno. A contradição entre o imperialismo norte-americano e os povos da América Latina aumenta, e surgem novos choques, até mesmo nas esferas governamentais. Isso explica a atitude de Ibañez. A adoção de uma política externa e interna independente, expansão dos mercados externos, principalmente através do comércio com os países socialistas, a defesa da economia nacional contra as manobras do imperialismo norte-americano, são os caminhos para sair do impasse, e isso se torna cada vez mais claro, inclusive para importantes setores das classes dominantes dos países da América Latina.



VOZ OPERÁRIA

Diretor **Mário Alves**

MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 - Tel.: 42-7344

ASSINATURAS:

| | |
|---------------------|--------|
| Anual | 150,00 |
| Semestral | 80,00 |
| Trimestral | 60,00 |
| Núm. avulso | 3,00 |
| Núm. atrasado | 5,00 |

Aérea ou sob registro, despesas à parte: SUCURSAL PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

Com a Participação do Ministro da Fazenda: Debate Democrático Sobre o Café

Despertou grande interesse e se revestiu de importância o debate público sobre a política do café, realizado a semana passada na sede da União Nacional dos Estudantes, patrocinado por essa entidade e pelo Movimento Nacionalista Brasileiro. Com a presença do ministro da Fazenda, sr. José Maria Alkmin, do presidente do Instituto Brasileiro do Café, sr. Paulo Gazzo, e de uma equipe de assessores técnicos daquela autarquia, o debate contou com a participação de numeroso público, que lotou completamente as dependências da Casa da Resistência Democrática.

APOIO À DEFESA DOS PREÇOS DO CAFÉ

Com uma ou outra discrepância perdida no meio da multidão, o debate revelou completa identidade de pontos de vista entre o auditório e o Governo, representado pelo ministro da Fazenda, no que toca às linhas mestras da política de defesa do café, particularmente a defesa de seus preços contra as manobras baixistas de especuladores nacionais e estrangeiros, e a política de confisco cambial como medida necessária ao desenvolvimento econômico do país, particularmente de sua industrialização. E estes são aspectos essenciais na política do café e, em geral, do comércio exterior.

No entanto, ficou claro no transcorrer da discussão que a atual política do café não é suficiente para solucionar os problemas mais importantes da atual conjuntura cafeeira do país, é incapaz de, por si só, tirar a economia cafeeira da crise de superprodução em que está mergulhada e que se apresenta grave em face das perspectivas recordistas da safra a ser iniciada em junho próximo. Outras medidas, de vital importância, precisam ser estudadas e postas em prática pelas autoridades.

CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS, TEMA DOMINANTE NOS DEBATES

Estamos atualmente com mais de 8 milhões de sacas de café estocadas nos portos de embarque, em sua grande parte adquiridas pelo Instituto Brasileiro do Café, e a safra de 58/59 será, segundo se calcula, das maiores de nossa história, cerca de 26 milhões de sacas, o que virá agravar ainda mais a atual conjuntura. O mercado mundial do café está em regime de superprodução, devendo-se levar em conta que a procura de café não aumenta com rapidez. Nesses últimos dez anos, as exportações brasileiras permaneceram estagnadas, e o nosso maior comprador, os Estados Unidos, também não ampliou, no mesmo período, as suas compras de café ao Brasil. Ao contrário. O ano passado, as nossas vendas de café àquele país caíram de 28 por cento em relação a 1956. Daí, a conquista de novos mercados e a ampliação dos atuais ter sido o tema dominante dos debates realizados na UNE.

O sr. José Maria Alkmin foi assediado por numerosos assistentes que lhe fizeram dezenas de perguntas sobre as causas que têm impedido, até hoje, que o Brasil reate suas relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, por que não realizamos propaganda de nosso café nos mercados do leste europeu e não tomamos a iniciativa de oferecer o nosso principal produto de exportação àqueles mercados consumidores potenciais.

Não foi feliz o ministro da Fazenda ao procurar fugir à chuva de perguntas a ele dirigidas negando-se a dar respostas diretas. No entanto, reafirmou o sr. José Maria Alkmin que o governo brasileiro não se recusa a vender café a qualquer país do mundo, inclusive a União Soviética. A dificuldade reside, disse ele, em que o café não é apenas uma bebida, mas principalmente um hábito, e no fato de não termos recebido até hoje nenhuma proposta de compra por parte do governo soviético.

Desta forma, o ministro da Fazenda passou por alto sobre recente entrevista concedida à "Imprensa Popular", por Nikita Kruschov, atual primeiro ministro da União Soviética, na qual se manifesta favorável ao imediato restabelecimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os dois países. Sobre as possibilidades de trocas comerciais, Kruschov disse que a URSS está interessada em adquirir numerosos produtos de exportação brasileira, entre os quais mencionou o café. Por outro lado, o sr. Ademar de Barros, de regresso de recente viagem à Europa, e o deputado Sérgio Magalhães, da Câmara de

Câmara, declararam que a União Soviética propôs comprar cerca de 5 milhões de sacas de café ao Brasil, o que representa quase dois terços de nossos estoques atuais.

Este ponto pacífico, ficou claro durante os debates na UNE, a necessidade que temos de exportar mais, principalmente o café, para aumentar as divisas e a capacidade de importar de nosso país. Exportar mais café e outros produtos, significa principalmente conquistar novos mercados, e a União Soviética, a China Popular e outros países socialistas, com seus 900 milhões de habitantes de crescente poder aquisitivo, são enormes mercados em potencial. Por que então não estabelecemos relações comerciais com aquelas nações, não vendemos a elas os nossos produtos e de lá não importamos bens de capital necessários à nossa industrialização? O debate da UNE revelou, mais uma vez, que forças estranhas ao desenvolvimento do país estão impedindo uma solução positiva para problema tão importante, forças estranhas representadas caricatamente, como disse um participante do ministério da Fazenda, na pessoa de O. Odete, chefe do departamento político do Itamarati.

DENUNCIAR OS ESPECULADORES

O ministro da Fazenda declarou à imprensa, por mais de uma vez, que os especuladores têm feito tudo para provocar a baixa nos preços de nosso café e levar o governo a modificar a política de defesa desse produto. Numerosas perguntas lhe foram dirigidas pela assistência para que fossem nomeados os especuladores. O ministro da Fazenda, no entanto, disse ser difícil identificá-los, limitando-se a pedir à assistência que o ajudasse em sua localização. Os especuladores não costumam deixar rastros... Foram nomeados então, por um estudante universitário paulista, alguns dos especuladores: as firmas norte-americanas Anderson Clayton, American Coffee, East Asiático e outra que, o ano passado, monopolizaram mais de 30 por cento das exportações brasileiras de café. Da mesma forma, foi lembrado ao ministro da Fazenda que o jornalista E. Café, através do Semanário, apontou também como especulador o sr. Moreira Sales.

OUTRAS SOLUÇÕES

É evidente a gravidade da atual conjuntura da economia cafeeira em nosso país. Enormes estoques se acumulam nos portos de embarque, e a safra a ser iniciada em junho próximo promete superar a casa dos 20 milhões de sacas de café. Os problemas criados por essa conjuntura não podem ser solucionados exclusivamente com a conquista de novos mercados, uma vez que estes não poderão garantir o aumento de produção e

O que deve ser apoiado na política do Governo: defesa dos preços contra os especuladores norte-americanos — Uma pergunta difícil para o ministro: por que ainda não vendemos café à URSS? — Questões que ainda devem ser debatidas

produção exportável. Outras medidas inadiáveis são necessárias. A principal falha do debate público da UNE residiu justamente nisso: não foram vistos os diversos caminhos a seguir para sairmos das dificuldades atuais e futuras. Problemas como os da industrialização de nosso café,

com a produção de café solúvel, do aumento do consumo no mercado interno, da transformação do café em adubos, etc., não foram abordados. E não se pode negar que esses são possíveis caminhos para encaminhar a solução de algumas das dificuldades que por que atravessa a economia

cafeeira. Daí, a necessidade de seu estudo e debate. De qualquer maneira, a comparação do sr. José Maria Alkmin num debate público na UNE é um gesto democrático, que foi possível politicamente ao ministro da Fazenda porque na questão imediata de mais importan-

cia — a defesa dos preços do café contra os especuladores norte-americanos — tomou posição decidida a favor dos interesses nacionais. Os governantes lucrarão sempre, seguindo o exemplo dado pelo sr. José Maria Alkmin no debate da UNE.



O ministro José Maria Alkmin quando proferia sua conferência na UNE e um aspecto parcial da numerosa assistência presente ao evento

Estudo e Discussão Para Formular Soluções Positivas

Em Declaração sobre a sua nova política, definiram os comunistas a sua posição no que se refere à política do governo de defesa do café. Consideramos que correspondem aos interesses nacionais as medidas tomadas pelo governo para defender o preço do café da especulação de poderosas firmas norte-americanas no mercado interno e mundial, especulação essa que tem causado enormes prejuízos ao nosso país. A defesa dos preços do café se impõe em vista das dificuldades do mercado cafeeiro mundial e da pressão baixista das firmas norte-americanas. Não pode deixar de merecer apoio a orientação do governo brasileiro, tomando a iniciativa de conjugar os esforços dos países produtores de café para resistir à ofensiva norte-americana.

A CRÍTICA NACIONALISTA

Compreende-se que, na conjuntura que o café vem atravessando, a questão do seu preço internacional tenha polarizado os campos. Os nacionalistas ficaram ao lado da política de sustentação dos preços aplicada pelo governo através do ministério da Fazenda e do Instituto Brasileiro do Café. Os setores entreguistas, de modo geral, se colocaram contra esta política, advogando, direta ou indiretamente, a manobra baixista norte-americana.

Mas a defesa do café reclama toda uma política nacionalista e progressista, que não pode se reduzir à questão do preço. Neste sentido, ressalvando a justiça no que se refere à sustentação dos preços, cabe uma crítica nacionalista à orientação do governo.

AMONTAAM-SE OS EXCEDENTES

É de todo evidente que a atual orientação governamental de defesa do café não é suficiente para dar uma saída favorável mesmo a alguns dos mais importantes problemas da atual conjuntura cafeeira. Sabe-se que as nossas exportações vêm caindo de cerca de 20% de uma safra à outra, enquanto se anuncia para o presente ano uma das maiores safras da nossa história. Sabe-se que os estoques estão subindo assustadoramente, havendo 5.800.000 sacos da safra de 1956-57, 13 milhões previstos para junho próximo, esperando-se ainda que os estoques alcancem 20 milhões de sacos no ano vindouro. Que fazer com esses excedentes tão elevados? Não é o caso de tomar medidas imediatas para ampliar as vendas do café? Que outras fórmulas devem ser adotadas para o aproveitamento de estoques tão elevados e que crescem mês a mês, partindo-se do pressuposto de que não mais se pode aceitar a criminosa repetição da queima? Já não temos a suficiente experiência de que os enormes estoques decorrentes da política de valorização levada a efeito entre 1924 e 1929, apesar da queima, só foram absorvidos muito lentamente? É sabido que os estoques em poder do D.N.C. só vieram a se esgotar no ano de 1949.

O problema cafeeiro, mesmo tomado no seu aspecto de conjuntura, impõe urgentemente que sejam estudadas e postas em prática novas e importantes medidas, sejam de emergência, sejam de longo alcance. Apolados nos aspectos positivos da orientação governamental de defesa do café, torna-se im-

prescindível partir para a elaboração de toda uma política nacionalista e progressista de defesa do café.

URGENTE AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS

Tendo como base a política de estabilidade dos preços do Café, é uma questão aceita por vários setores que se deve lutar pela ampliação do nosso mercado cafeeiro, adotando-se medidas tanto para recuperar mercados como para buscar novos mercados. Neste sentido, cabe ao governo não esperar propostas de compra do café, do governo soviético, por exemplo. Se as aperturas são nossas, se necessitamos de mercados para o café tanto quanto de ar para respirarmos é ao nosso governo que compete a iniciativa. Isto é tão claro que não comporta subterfúgios.

A PRODUÇÃO DE CAFÉ SOLÚVEL

Medida aconselhável, hoje defendida por muitos setores, é iniciar a produção do café solúvel para exportação, que tem margem de grandes e crescentes vendas. É que o café solúvel, além de maiores possibilidades que o propiciam às vendas, é bebida de fácil introdução nos mercados ainda não afeitos ao uso do café, devido a ser de preparo mais simples, de melhor sabor e mais barato. Para isto é indispensável cuidar imediatamente da instalação de usinas especializadas na produção de café solúvel. Essa importante medida é apresentada pelo sr. Paulo Rodrigues Alves, líder autorizado dos exportadores de café e que defende a política cafeeira do governo, nos seguintes termos: "Se o nosso país pode aplicar tantos bilhões de cruzeiros na compra do café, também poderá montar a grande indústria do solúvel, para o que não precisará de mais de 1 bilhão de cruzeiros — com o que solucionará o problema dos excessos-transformados por esse processo em mercadoria de exportação, mesmo que para tal fim tenham de ser adotadas medidas excepcionais em seu favor."

FORMULAÇÃO DE SOLUÇÕES POSITIVAS

No debate que se trava em torno do café, outras propostas têm surgido e que são dignas de exame para a formulação de uma política nacionalista e progressista, que aborde todos os aspectos do problema. Devem ser debatidas questões como a da planificação da produção, do melhoramento dos tipos de produto, do aproveitamento de certa percentagem da produção cafeeira para adubos, do aumento do consumo no mercado interno, etc.

Os comunistas se propõem participar do debate democrático e construtivo em torno do problema, a fim de contribuir para que a frente única nacionalista possa formular as soluções positivas, requeridas pela situação. Tais soluções, neste terreno como em todos os demais, não podem ser alcançadas senão através do debate democrático entre todas as forças interessadas no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.

As contribuições e informações que os leitores e amigos do nosso jornal nos puderem enviar, serão devidamente valorizadas.